

MANUAL PARA O USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM

O que bem se diz bem se entende



GOVERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL

MANUAL PARA O USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM

○ que bem se diz bem se entende

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Edição

Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital

Organização

Leslie Campaner de Toledo, Maria Anita Kieling da Rocha, Marina Ramos Dermmam, Marzie
Rita Alves Damin, Mauren Pacheco

Pesquisa de textos

Leslie Campaner de Toledo e Marina Ramos Dermmam

Adaptação

Leslie Campaner de Toledo

Revisão

Evelise de Souza e Silva, Leslie Campaner de Toledo e Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira

Projeto gráfico e diagramação

Silvia Fernandes

Ilustração

Tânia Ruosas

Especialistas convidadas

Jussara Reis Prá

Leslie Campaner de Toledo

Télia Negrão

Ano da publicação

2014

Esta publicação foi elaborada a partir do manual da Red de Educación Popular Entre Mujeres
de Latinoamérica y Caribe - REPEM-LAC

Coordenadora Geral Patricia Stella Jaramillo Guerra

Versão em português de Beatriz Cannabrava

coordinacion@repem.org

www.repem.org

Realização: Grupo de Trabalho, Dec.Est. nº 49.995/2012

Evelise de Souza e Silva, Iria Melo de Souza, Marzie Rita Alves Damin, Luciana
Laueremann, Gabriela Daudt, Claudia Ruzicki Kremer, Claudia Cardoso, Ramênia Vieira da
Cunha, Marina Ramos Dermmam, Viviane Mafissoni, Maria Anita Kieling da Rocha, Eliane da
Silva Alberche, Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira

SUMÁRIO

<i>Apresentação do governador Tarso Genro</i>	09
<i>Por uma sociedade inclusiva</i>	11
<i>Mais visibilidade para as mulheres</i>	13
<i>Apresentação da REPEM</i>	15
Capítulo 1 <i>O papel da linguagem como agente socializante de gênero</i>	19
Capítulo 2 <i>O Gênero na Gramática</i>	27
Capítulo 3 <i>O sexo das pessoas e a linguagem</i>	35
Capítulo 4 <i>A Gramática e a Semântica</i>	45
Capítulo 5 <i>O uso do neutro e o uso de genéricos</i>	53
Capítulo 6 <i>Profissões exercidas por mulheres</i>	61
Capítulo 7 <i>A linguagem administrativa</i>	73
Capítulo 8 <i>Documentos para praticar o que aprendemos</i>	79
Capítulo 9 <i>Bibliografia e anexos</i>	101

Apresentação

É tarefa dos governos verdadeiramente democráticos e republicanos combater as desigualdades sociais e econômicas, onde quer que elas se apresentem. A postura dos governantes no enfrentamento às discriminações e tratamentos desiguais, aos preconceitos de toda ordem e às ameaças a direitos humanos é o que dá conteúdo a estes governos

Insere-se neste contexto a crescente reivindicação pelo fim do tratamento discriminatório às mulheres, cuja presença em todos os campos da atividade vem se acentuando. A modernidade democrática, assim, corrige mais uma das suas chagas. É incompatível com uma sociedade que se pretenda democrática e que desenvolve tecnologias cada vez mais sofisticadas e instituições cada vez mais abertas, conviver com a violência doméstica, remuneração e condições de trabalho desigual, fundadas apenas na condição de gênero.

Conscientes deste cenário, instituímos a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, orientada para o debate e a implementação de políticas públicas afirmativas, visando à promoção dos direitos da mulher. Pretendemos compartilhar da luta pela eliminação das discriminações que as atingem, bem como defender sua plena integração social, política, econômica e cultural. Um passo importante nessa caminhada, cujos frutos já se fizeram sentir, por exemplo, é a instituição das Patrulhas Maria da Penha, as Delegacias e Postos especializados no atendimento às mulheres e as quotas de gênero em programas sociais.

Ficou mais evidente, nessa experiência, a necessidade de enfrentar, ao mesmo tempo, um obstáculo importante: os comportamentos, atitudes, linguagem e expressões discriminatórias que, infelizmente, ainda são aceitas com naturalidade por parte expressiva da nossa sociedade. Eles estão nas raízes do imaginário popular e, portanto, presentes também nas administrações públicas.

Este Manual determina e orienta a “revisão” da linguagem internalizada na administração do Estado do Rio Grande do Sul. Com ele, estamos oferecendo condições para a compreensão das discriminações de gênero e, a partir daí, concretamente fazermos a transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e onde o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já superada de superioridade de sexo.

Queremos que este Manual se torne mais uma ferramenta poderosa para que o Estado seja também invadido pela construção da igualdade entre homens e mulheres.

Tarso Genro
Governador

Por uma sociedade inclusiva

Pensar a linguagem como um elemento inclusivo e de promoção da igualdade de gênero é um dos desafios de uma administração que tem como propósito o enfrentamento a todas as formas de discriminação e segregação.

Desde o seu início, esta gestão tem sido pautada pelo enfrentamento de temas no que diz respeito à garantia dos direitos das mulheres. Aderimos ao Pacto Nacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ação que foi reforçada por projetos como a Patrulha Maria da Penha e o Telefone Lilás, ampliamos a rede de atendimento às mulheres e a oferta de cursos de qualificação profissional em áreas como construção civil e na agricultura familiar.

Avançamos, no entanto, o caminho para promover uma cultura não-sexista e de promoção da igualdade ainda exige grandes esforços do poder público e de toda sociedade. O grande desafio é perceber que, mesmo em uma condição desigual, a história do gênero feminino nas sociedades, sua função e participação econômica e social está em constante movimento. Abordarmos o tema da equidade, pautada pela linguagem inclusiva e não sexista, só é possível porque hoje, neste Governo, temos a participação feminina em postos de comando e decisão.

Como o objetivo é promover a igualdade de tratamento entre mulheres e homens na administração pública, apresentamos o Manual de Linguagem Inclusiva Não Sexista, que nos convida a fazer uma viagem sobre esses conceitos, através da visibilidade da diferenciação dos gêneros masculino e feminino, e que, a partir de agora, orientará a linguagem escrita dos ofícios e publicações do Poder Executivo Estadual.

Acreditamos que este manual, que você tem em mãos, será uma importante ferramenta para potencializar e afirmar que existe o gênero feminino e existe o gênero masculino e que, enquanto tais, devem ser nominados e visibilizados desde a linguagem escrita. É esse o desafio a que nos propomos: promover uma sociedade mais inclusiva, mais justa e mais democrática.

Mari Perusso
Secretária da Assessoria Superior do Governador

Mais visibilidade para as mulheres

Ao apresentarmos este manual para uso nos espaços de desenvolvimento cultural, social e educacional do nosso Estado, temos como objetivo proporcionar tratamento equitativo entre mulheres e homens no Rio Grande do Sul, a partir da utilização de um linguajar sem generalizações. A linguagem é o principal meio de reprodução dos nossos discursos, seja de forma oral, verbal, escrita ou gestual e, por isso, o que escrevemos ou reproduzimos, deve estar o mais próximo da neutralidade, evitando-se a aplicação sexista da linguagem.

Se a Língua Portuguesa apresenta os gêneros masculino e feminino, porque não os usarmos quando falamos, escrevemos ou lemos? Por sua origem, não se caracteriza como uma ferramenta de comunicação sexista, mas sim a forma como a utilizamos faz com que haja discriminação entre mulheres e homens. Da mesma forma que contribui para a discriminação de gênero, a linguagem pode ser utilizada para reforçar estereótipos impostos culturalmente.

A linguagem sexista, utilizada de forma irrestrita, impõe-nos que o masculino (homem) é empregado como norma, ficando o feminino (mulheres) incluído como referência ao discurso masculinizado. Reverter este cenário, contribuirá para que expressões como “os secretários de estado reuniram-se para tratar das ações do governo”, “os participantes da reunião”, ou ainda “os beneficiários do programa” sejam utilizadas também em sua versão feminina.

A equidade de gênero na linguagem só será garantida a partir do momento em que se repensar a forma como o tema é tratado nos ambientes educacionais, hoje disseminadores da dominação masculina nos discursos, principalmente quando não identificado o sexo da pessoa a quem se refere. Utilizando o feminino e o masculino para tratarmos de grupos mistos estaremos ampliando a visibilidade das mulheres em todas as esferas sociais, publicizando a participação feminina que sempre existiu na construção histórica do estado e do país, mas nem sempre destacada. Com discursos e documentos oficiais do Governo que incluam expressões no feminino, garantiremos a maior visibilidade das mulheres e caminharemos rumo à mudança cultural e social tão necessária em nosso Estado.

Ariane Leitão
Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres

Apresentação da REPEM

“Não se esqueça de que o pensamento se modela graças à palavra,
e que só existe o que tem nome”.

M^ª. Angeles Calero

“Em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder,
o silêncio é opressão e violência”.

Adrienne Rich

O porquê deste manual

Na atualidade não existe qualquer sociedade no mundo onde mulheres e homens recebam um tratamento equitativo, pois se constata uma discriminação generalizada para elas em todos os âmbitos da sociedade. Essa discriminação, sustentada unicamente no fato de ter nascido com um determinado sexo (mulher), atravessa categorias sociais como o nível socioeconômico, a idade ou a etnia à que se pertença e se transmite por meio de formas mais ou menos sutis que impregnam nossa vida.

Uma das formas mais sutis de transmitir essa discriminação é através da língua, pois esta nada mais é que o reflexo de valores, do pensamento, da sociedade que a cria e utiliza. Nada do que dizemos em cada momento de nossa vida é neutro: todas as palavras têm uma leitura de gênero. Assim, a língua não só reflete, mas também transmite e reforça os estereótipos e papéis considerados adequados para mulheres e homens em uma sociedade. Pensemos naquilo que tenta transmitir frases cotidianas como “mulher no volante, perigo constante”, “os filhos são o que suas mães fizeram deles”, “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, “mulher não fica velha, fica loira”.

Existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos. Dentro deles queremos destacar o administrativo, uma vez que não é uma prática

habitual contemplar e incluir em seus documentos um uso adequado da linguagem. Basta ler alguns documentos ou escutar as mensagens telefônicas no serviço público para poder detectar que se continua usando o masculino como linguagem universal e neutra. Nega-se a feminização da língua e ao fazê-lo estão tornando invisíveis as mulheres e rechaçando as mudanças sociais e culturais que estão ocorrendo na sociedade.

Tudo isso torna patente à necessidade e à urgência de fomentar o uso de uma linguagem inclusiva para ambos os sexos nas instituições públicas. Evitar a confusão, negação ou ambiguidade é o que iremos aprofundando ao longo destas páginas. Em si, a língua não é sexista, embora o seja o uso que dela fazemos. Por isso, a forma de mudar uma linguagem sexista, excludente e discriminatória, seja explicar qual a base ideológica em que ela se sustenta, assim como oferecer alternativas concretas e viáveis de mudança.

Todas essas considerações colocam em questão a necessidade de elaborar um recurso didático que facilite o uso correto da língua e foram elas que levaram à formulação do presente manual cujo objetivo geral é precisamente proporcionar às e aos servidores públicos uma ferramenta clara e simples que lhes sirva para a implantação e o uso de uma linguagem inclusiva nas práticas escritas e orais de onde trabalham, direta ou indiretamente, especialmente àquelas que desenvolvem programas de atendimento à população.

Com a consecução deste objetivo aspiramos promover, dentro das instituições públicas, o uso de uma linguagem inclusiva onde seja visível a presença, a situação e papel das mulheres na sociedade em geral e no discurso da administração pública em particular, tal e como ocorre com os homens. Pretendemos contribuir para eliminar dos documentos, ofícios, relatórios, circulares, convocatórias, cartazes, materiais didáticos, etc. (elaborados nessas instituições) o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso correto que contribua para a equidade de gênero.

Sua estrutura e conteúdo

Nos nove capítulos que formam este manual o que se pretende é desenvolver e contribuir com as bases conceituais necessárias, bem como opções de mudança para conseguir o objetivo geral que nos propusemos anteriormente.

O primeiro capítulo: “O papel da linguagem como agente socializante de gênero”, constitui o marco conceitual deste manual e por isso é de vital importância seu entendimento. Os conteúdos que aí se tratam são: a teoria sexo-gênero, a socialização de gênero, o papel ativo da linguagem dentro dela e como ela pode contribuir para criar e fomentar a discriminação exercida contra as mulheres.

Nos restantes capítulos serão intercaladas as bases conceituais com as alternativas de mudança. Os conteúdos abordados abrangem desde as principais manifestações do sexismo e an-

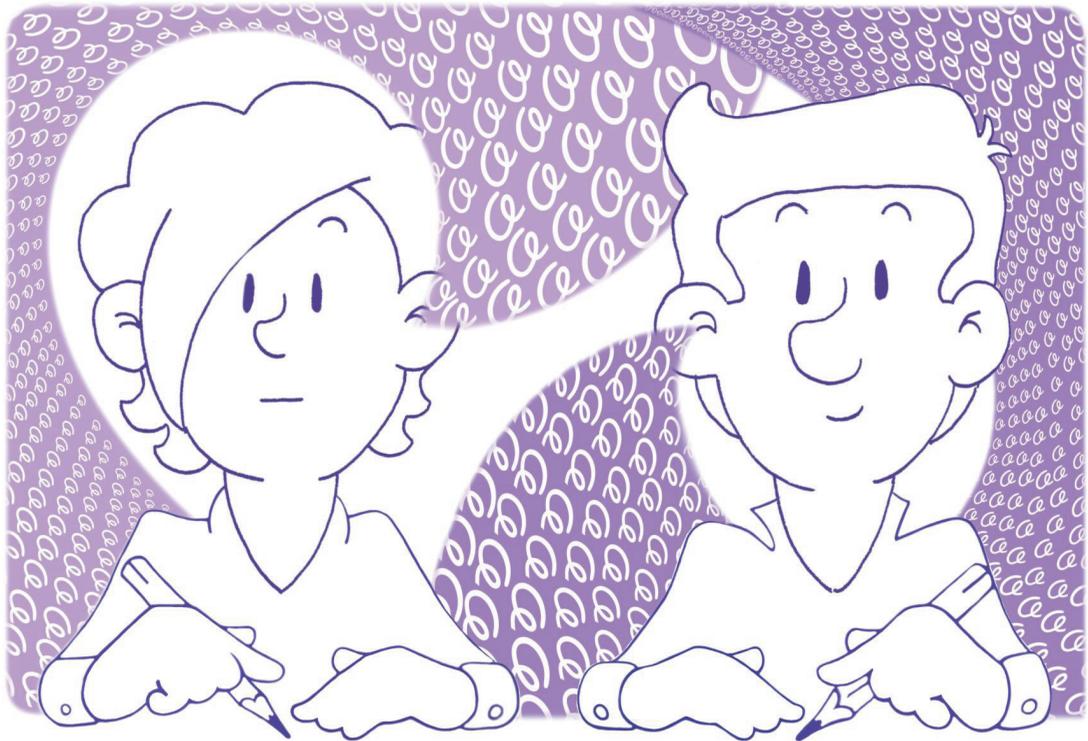
drocentrismo na língua, manifestações desenvolvidas com o uso do masculino como presumível genérico, os saltos semânticos, os vazios léxicos até o uso diferenciado nos tratamentos, nos usos de cortesia ou na invisibilidade das mulheres em ofícios e profissões. Também se aborda de maneira específica a linguagem administrativa e são analisados diferentes tipos de documentos utilizados na administração pública para oferecer sugestões de melhoria, de forma que se faça um uso adequado da língua, um uso que não reproduza injustiças de gênero.

Em geral, quisemos fazer um manual com um caráter propositivo porque seu objetivo mais imediato é proporcionar ferramentas que contribuam para “mudar a sociedade atual”, pois ao promover que as mulheres sejam nomeadas estaremos potencializando uma mudança de mentalidades que conduzirá à criação de uma sociedade mais justa e equitativa. Este é o desafio. Esperamos poder contagiar nosso entusiasmo e a ilusão com a qual elaboramos este manual e que sua leitura e práxis¹ sejam um prazer e uma aprendizagem para todas e todos da mesma forma que foi para nós.

¹ Práxis, segundo o dicionário Aurélio, é atividade prática; ação, exercício, uso. No marxismo, o conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção; prática. Na Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire explica que a práxis é a ação e reflexão das pessoas sobre o mundo para transformá-lo.

O papel da linguagem como agente socializante de gênero

1



“Caladinha você fica mais bonitinha”

“As línguas não se limitam a ser um simples espelho que nos devolve a imagem de nosso rosto: como qualquer outro modelo idealizado, como qualquer outra invenção cultural, as línguas podem levar-nos a compor nossa percepção do mundo e inclusive a que nossa situação se oriente de uma determinada maneira”.

M^o. Angeles Calero

O papel da linguagem como agente socializante de gênero

Desde nosso nascimento, e inclusive antes, quando nossa mãe está grávida, todos os nossos comportamentos e pensamentos estão condicionados pelo gênero. O primeiro que se pergunta a uma gestante é o sexo do futuro bebê e qual seria sua preferência a respeito. De forma que, da futura mãe ou pai é comum ouvir frases do tipo: “prefiro menina porque elas são mais carinhosas”, “prefiro menina para que me cuide quando seja mais velha” ou “prefiro menino porque são mais independentes”, “prefiro um menino que continue com o negócio da família”. Em sua explicação já atribuem ao futuro bebê características, comportamentos, atitudes, interesses, prioridades que serão diferentes conforme se trate de uma menina ou de um menino.

Nossa identidade, feminina ou masculina, está condicionada e determina nosso agir, sentir e pensar segundo sejamos mulheres ou homens. Isso ligado à crença de que somos diferentes resulta que a sociedade nos valoriza de forma desigual.

Não obstante, as únicas diferenças reais entre mulheres e homens são as biológicas: diferenças que são inatas, ou seja, nascemos com elas. Assim, temos cromossomos diferentes: dos 23 pares de cromossomos que tem a espécie humana, um par se diferencia sendo XX para as mulheres e XY para os homens. Desse modo mulheres e homens têm características sexuais diferentes: genitais internos e externos, e características secundárias como os pelos, a voz ou os seios. Portanto, o sexo faz referência às diferenças biológicas que existem entre mulheres e homens. São congênitas, nascemos com elas e são universais, ou seja, são iguais para todas as pessoas. (María J. Escudero et alii²).

Todas as demais diferenças que se atribuem a mulheres e homens, sensibilidade, doçura, submissão, dependência, fortaleza, rebeldia, violência, independência são culturais e, portanto, aprendidas; é uma construção cultural chamada gênero. O gênero, feminino ou masculino, que nos adjudicam ao nascer, refere-se ao conjunto de características simbólicas, sociais, políticas, econômicas, jurídicas e culturais, atribuídas às pessoas de acordo com seu sexo. São características históricas, social e culturalmente designadas a mulheres e homens em uma sociedade com significação diferenciada do feminino e do masculino, construídas ao longo do tempo e que variam de uma cultura a outra. Portanto, modificáveis (María J. Escudero et alii). Da mesma forma, o gênero está institucionalmente estruturado, isto é, é construído e se perpetua em todo o sistema de instituições sociais (família, escola, Estado, igrejas, meios de comunicação), os sistemas simbólicos (linguagem, costumes, ritos) e os de normas e valores (jurídicos, científicos, políticos)³.

A partir do conceito “**gênero**” surge o que se denomina de sistema sexo-gênero que consiste em que pelo fato de nascer com um determinado sexo, mulher ou homem, isto é, com algumas diferenças biológicas, nos é atribuído um gênero, feminino ou masculino. Além disso, há

2 Nossas citações não seguem as normativas tradicionais com a intenção de visibilizar as contribuições das autoras, o que se dá igualmente com os autores. Portanto, daqui em diante, aparecerá o ano da publicação somente quando houver mais que uma da mesma autoria. Todas as referências podem ser encontradas na Bibliografia.

3 Organização Pan-americana da Saúde. Referência na bibliografia.

uma valorização social das habilidades, comportamentos, trabalhos, tempos e espaços masculinos e uma desvalorização do feminino. Assim, partindo de uma diferença biológica, constitui-se uma desigualdade social que coloca na sociedade as mulheres em uma posição de desvantagem com relação aos homens (María. J. Escudero et alii).

O sistema de gênero em uma sociedade determinada estabelece, dessa maneira, o que é “correto”, “aceitável” e possível para mulheres e homens. Os papéis que se atribuem para mulheres e homens (mulher-mãe, dona de casa, responsável pelas tarefas associadas à reprodução familiar; homem-pai, provedor, chefe de família) juntamente com as identidades subjetivas, cumprem um papel importante na determinação das relações de gênero. Esse sistema de gênero é transmitido, aprendido e reforçado por meio de um processo de socialização.

A socialização de gênero

A socialização é o processo de aprendizagem dos papéis sociais. É um processo no qual a pessoa está imersa inclusive antes de nascer, nas expectativas que nossa futura família tem sobre nós e pelo qual aprendemos e interiorizamos as normas, valores e crenças vigentes na sociedade. Uma das características mais importantes da socialização, dada sua relevância, é a socialização de gênero; processo pelo qual aprendemos a pensar sentir e comportar-nos como mulheres e homens segundo as normas, crenças e valores que cada cultura dita para cada sexo.

Basicamente seria a aprendizagem dos papéis sentimentalmente mais expressivos para as mulheres e dos papéis instrumentais para os homens, associada à valorização da superioridade dos homens e às características estereotipadas femininas e masculinas. Por meio dessa socialização, diferente em cada cultura, é que nos ensinam modelos de conduta que são aceitos socialmente para mulheres e homens e quais não são. Assim como as consequências que tem a adoção ou transgressão desses modelos.

O processo de socialização de gênero se desenvolve ao longo de toda a vida e é transmitido por meio dos diferentes agentes de socialização: família, escola, meios de comunicação e linguagem, entre outros.

A família é o primeiro lugar onde nos inculcam o que é ser mulher e o que é ser homem e isso se reflete no tratamento cotidiano: atitudes que se reforçam e sancionam a umas e outros, jogos e brinquedos que se presenteiam, contos que se leem a filhas e filhos. Assim, por exemplo, como se considera que as meninas são mais frágeis, brinca-se com elas com brinquedos menos brutos. Isso, ao longo do tempo pode efetivamente construir a conduta das meninas e a dos meninos, não com base nas diferenças biológicas pré-existentes, mas por meio do progressivo amoldamento que se efetua no processo de aprendizagem social. Com relação aos jogos e brinquedos tem havido uma evolução: as meninas cada vez brincam mais e têm mais brinquedos considerados como “tipicamente masculinos”; não obstante, esse fato não se deu ao contrário,

ou seja, encontramos poucos meninos brincando com panelinhas ou com bonecas.

A escola também desempenha um papel muito importante na socialização de gênero ao transmitir, dentro do currículo aberto e do oculto, estereótipos e condutas de gênero, reforçando dessa maneira os papéis adequados para mulheres e para homens em uma sociedade. Por meio do currículo oculto, o professorado dá um tratamento diferente a meninas e meninos. Já ficou demonstrado, por exemplo, que as professoras e os professores se conformam quando as meninas tiram notas baixas em matemática e, pelo contrário, redobram sua atenção quando o mesmo se dá com os meninos.

Os materiais educativos também participam desta progressiva socialização discriminatória: as mulheres quase não aparecem nos livros didáticos e quando o fazem são pouco ambiciosas, assustadiças, dependentes e não muito inteligentes. Os homens, pelo contrário, aparecem como indivíduos valentes e autônomos, ambiciosos e fortes. A isso há que acrescentar o uso de uma linguagem genérica masculina, entendida como neutra, além do que os protagonistas das histórias são quase três vezes mais homens que mulheres, o que tende a perpetuar a ideia de que os homens são mais importantes que as mulheres.

Os meios de comunicação constituem hoje em dia um dos mais importantes agentes de socialização de gênero, pois se transmite de modo muito sutil e inconsciente, uma visão parcial e estereotipada das mulheres e dos homens. De forma que, o papel atribuído às mulheres, onde além do mais aparecem em menor porcentagem que os homens, são os de vítimas, personagens cômicos, objetos sexuais e, ultimamente da “super mulher”: bonita, inteligente, com estudos superiores, mãe de família e trabalhadora assalariada, amante e feliz com sua vida. É raro que apareçam mensagens nas quais se questione a dupla jornada de trabalho desempenhada por essas mulheres ou nas que as protagonistas sejam mulheres que estão no poder ou consultadas como especialistas.

Por outro lado, os homens costumam ser representados em profissões de mais status social: políticos, esportistas ou empresários e poucas vezes aparecem em anúncios relacionados com a manutenção da casa. Além disso, a maior parte da publicidade de artigos caros como carros e casas costuma ser dirigida a eles e se transmite a posição de autoridade masculina usando sua voz em *off* em anúncios publicitários ou jornalísticos.

A comunicação nas instâncias públicas. Da mesma forma que para muitas pessoas o que aparece na televisão é “totalmente certo” e não cabe nenhum questionamento sobre a informação que é oferecida por esse meio, aquilo que é comunicado a partir das instâncias públicas tais como a Administração Estatal, Gabinetes de Secretarias e/ou Assessorias de Comunicação. para a maioria é inquestionável. De forma que, se uma instância pública fala “dos indígenas” (considerando que estão incluídas as indígenas) na realidade o que se está fazendo é uma exclusão que tem tido como consequência que os homens sejam os perpétuos interlocutores com os poderes públicos e os que têm manejado a direção e os interesses das mulheres indígenas.

Se a liderança social tem estado durante séculos nas mãos dos homens, as instâncias públicas ao convocar em seus documentos “aos servidores”, “senhores secretários”, “professores”, “ci-

dados”, etc. continuam falseando, mediante um uso incorreto da linguagem, a realidade social. Com isso fomentam-se as exclusões de sempre e se reproduzem estereótipos que mantêm uma cultura sexista, e convencimentos que sustentam falsas crenças e discriminação na população.

Será difícil alcançar uma maior equidade se quando falamos continuamos reproduzindo os esquemas, as formas e os atavismos que historicamente conduziram à marginalização, à exclusão e à discriminação das mulheres, ou seja, a utilização da linguagem para torná-las invisíveis, entre outros métodos.

Finalmente, e embora tenhamos acabado de vislumbrar brevemente alguns dos seus alcançes, outro dos agentes de socialização de gênero, considerado muito importante, é a linguagem. Dada a sua importância para este manual, vamos abordá-la mais detalhadamente a seguir.

O papel da linguagem na socialização de gênero

A língua é um fato tão cotidiano que o assumimos como natural, sendo que poucas vezes nos detemos a perguntar-nos o alcance e a importância da mesma. Neste sentido, menciona Edward Sapir que “falta apenas um momento de reflexão para convencer-nos de que esta naturalidade da língua é uma impressão ilusória”⁴. Mas, a linguagem não é algo natural e sim uma construção social e histórica, que varia de uma cultura para outra, que se aprende e que se ensina, que forma nossa maneira de pensar e de perceber a realidade, o mundo que nos rodeia e o que é mais importante: pode ser modificada.

Por intermédio da linguagem aprendemos a nomear o mundo em função dos valores importantes na sociedade. As palavras determinam as coisas, os valores, os sentimentos, as diferenças.

A primeira coisa que a menina e o menino aprendem é a existência de uma mãe e/ou de um pai, depois aprenderá que existem meninas e meninos e que há comportamentos diferentes, adequados ou não, para elas e para eles. Com a linguagem aprenderá muitas diferenças que são em função do sexo, bem como a sua hierarquização. É que a língua, ao ser o reflexo da sociedade que a utiliza, transmite a ideologia imperante nela, pois reflete e reforça as desigualdades derivadas das discriminações exercidas contra as mulheres por meio do androcentrismo e do sexismo.

Segundo Teresa Meana, “o **androcentrismo** é o enfoque nas pesquisas e estudos de uma única perspectiva: a do sexo masculino”. Supõe, segundo esta autora, “considerar os homens como o centro e a medida de todas as coisas. Os homens são considerados, assim, os sujeitos de referência e as mulheres seres dependentes e subordinados a eles”.

Esse androcentrismo se manifesta graças à desigualdade na ordem das palavras, no conteúdo semântico de certos vocábulos ou no uso do masculino como genérico para ambos os sexos. Fazendo referência a isso, é preciso assinalar que o que não se nomeia não existe e utilizar o

4 Citado por Cristina Pérez Fraga. Ver Bibliografía.

masculino como genérico tornou invisível a presença das mulheres na história, na vida cotidiana, no mundo. Basta analisar frases como: “Os homens lutaram na revolução francesa por um mundo mais justo, marcado pela liberdade, igualdade e fraternidade”. E as mulheres? Onde ficam nessa luta? Não nos enganemos: quando se utiliza o genérico está se pensando nos homens e não é certo que ele inclua as mulheres. A esse respeito, diz Teresa Meana que “não sabemos se atrás da palavra homem se está pretendendo englobar as mulheres. Se for assim, elas ficam invisíveis e se não for assim, ficam excluídas”.

Por sua parte, o **sexismo** é “a atitude discriminatória em relação ao sexo oposto”, segundo o Dicionário Aurélio⁵, sendo as mulheres o sexo tradicionalmente discriminado. Enquanto que, para Teresa Meana, o sexismo “é a atribuição de valores, capacidades e papéis diferentes a homens e mulheres, exclusivamente em função do seu sexo, desvalorizando tudo o que fazem as mulheres diante do que fazem os homens, que é o que está certo – o que tem importância”. Exemplo disto, são algumas das expressões como: “mulher não fica velha, fica loura!”, “caladinha você fica mais bonitinha”, ou as seguintes definições do Aurélio que não é necessário comentar:

Homem: 1. Qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva; o ser humano. 2. A espécie humana; a humanidade. 3. O ser humano, com sua dualidade de corpo e de espírito, e as virtudes e fraquezas decorrentes desse estado; mortal: 4. Ser humano do sexo masculino; varão. 5. Esse mesmo ser humano na idade adulta; homem-feito. 6. Restr. Adolescente que atingiu a virilidade. 7. Homem (4) dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual, etc.; macho.

Mulher: 1. O ser humano do sexo feminino. 2. Esse mesmo ser humano considerado como parcela da humanidade. 3. A mulher (1) na idade adulta. 4. Restr. Adolescente do sexo feminino que atingiu a puberdade; moça. 5. Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição). 6. A mulher (1) considerada como parceira sexual do homem. 7. Cônjuge do sexo feminino; a mulher (1) em relação ao marido; esposa. 8. Amante, companheira, concubina.

Em síntese, segundo Teresa Meana: “os efeitos que produzem na língua o sexismo e o androcentrismo poderiam ser agrupados em dois fenômenos. Por um lado o silêncio sobre a existência das mulheres, a invisibilidade, o ocultamento, a exclusão. Por outro, a expressão do desprezo, do ódio, do conceito sobre as mulheres como subalternas, como sujeitas de segunda categoria, como subordinadas ou dependentes dos homens”.

Não obstante, e apesar de tudo o que foi visto até agora, é necessário assinalar, como já

⁵ Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0, daqui em diante, usaremos somente Aurélio, tal como é conhecido entre as brasileiras e brasileiros.

dissemos na introdução deste manual, que a língua em si não é sexista como sistema, mas o que é sexista é o mau uso que se faz dela, uso consolidado, aceito e promovido pela sociedade. Em todas as línguas existem diversos recursos para incluir mulheres e homens sem preconceito ou omissão de umas e outros. Mas, isso raramente é feito.

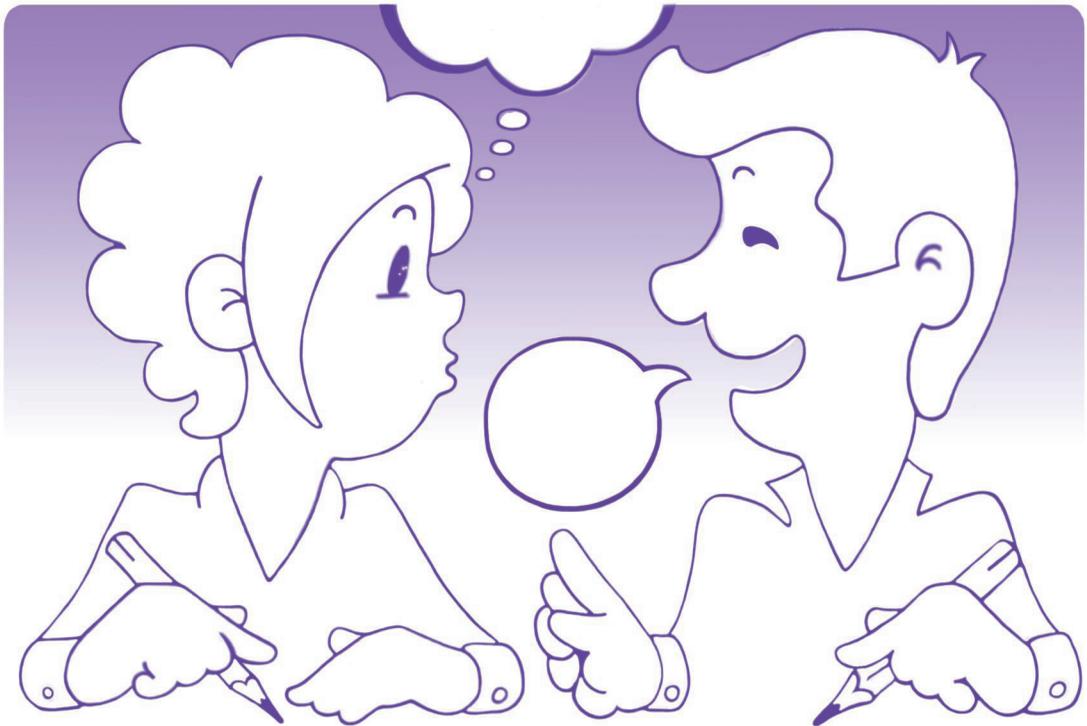
Por outro lado, a língua é um instrumento flexível, em evolução constante, que pode ser perfeitamente adaptada a nossa necessidade ou ao desejo de comunicar, de criar uma sociedade mais equitativa. Portanto, as línguas não são inertes, e sim instrumentos em trânsito, pois se uma língua não mudar, se não evoluir para responder às necessidades da sociedade que a utiliza, está condenada a perecer, converte-se em uma língua morta. As línguas vivas mudam continuamente, incorporando novos conceitos e expressões e, nesse sentido, não há nenhum problema em criar palavras para adaptar-se à nova realidade social, como é o caso de toda a nova linguagem gerada pelo uso da Internet (*e-mail, chat, web, etc.*), ou as mudanças que supõem a incorporação das mulheres a profissões e cargos que antes lhes seriam vetadas ou de difícil acesso: surgem então ministras, executivas, presidentas... Estes são exemplos de uma mudança nos usos da linguagem: o que antigamente se considerava como um erro gramatical hoje aparece como algo cotidiano e aceitável.

O problema não está na língua em si que, como vimos, é ampla e mutável, mas sim nas travas ideológicas, na resistência em dar um uso correto a ela, em utilizar palavras e expressões inclusivas e não discriminatórias para as mulheres.

Em resumo, a linguagem é um dos agentes de socialização de gênero mais importantes ao moldar nosso pensamento e transmitir uma discriminação por motivo de sexo. A língua tem um valor simbólico enorme, o que não se nomeia não existe, e durante muito tempo, ao utilizar uma linguagem androcêntrica e sexista, as mulheres não existiram e foram discriminadas. Foi-nos ensinado que a única opção é ver o mundo com olhos masculinos, mas essa opção oculta os olhos femininos. Não é, portanto, incorreto, ou uma repetição, nomear em masculino e feminino, isso não supõe uma duplicação da linguagem posto que, como dizem Carmen Alario et alii, duplicar é fazer uma cópia igual a outra e esse não é o caso. É simplesmente um ato de justiça, de direitos, de liberdade. É necessário nomear as mulheres, torná-las visíveis como protagonistas de suas vidas e não vê-las apenas no papel de subordinadas ou humilhadas. É necessária uma mudança no uso atual da linguagem de forma que apresente equitativamente as mulheres e os homens. E para isso, qualquer língua, ao estar em contínua mudança, oferece inúmeras possibilidades que analisaremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

O Gênero na Gramática

2



As Regras Gramaticais de Conveniência.

Professora: como se forma o feminino?

É fácil: as palavras que terminam em "o" se troca essa letra por "a".

Professora: e o masculino?

O masculino não se forma! Existe!!!

"Sei que a língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas leva, de fato, as marcas dos machos que a elaboraram.

Reflete seus valores, suas pretensões, seus preconceitos".

Simone de Beauvoir

Algumas considerações prévias

Existem usos gramaticais que, com clara intenção social e política, generalizaram-se e que não têm coerência nem justificativa razoável para seu uso.

Assim, fizeram-nos crer que ao nomear um grupo misto de pessoas no masculino estamos nomeando também as mulheres desse grupo. Isso é absolutamente falso.

Solicitamos que todos se sentem!

Os homens são violentos.

Os heróis morrem jovens.

Os gaúchos avançaram muito na pesquisa.

Tomemos as frases anteriores e respondamos agora às seguintes perguntas:

Na primeira frase, poderíamos afirmar que se está referindo a um grupo misto?

Na segunda frase, poderíamos assegurar que se refere a mulheres e homens?

Na terceira, ao ler, imaginamos mulheres e homens ou só soldados homens?

Na última frase, pensamos em pesquisadoras e pesquisadores?

É verdade que nenhuma dessas frases se identifica claramente com um grupo no qual há mulheres. Pelo contrário, quando se fala em masculino como se fosse neutro, na realidade se excluem as mulheres e se cria uma ideia muito concreta de quem são os heróis, os pesquisadores e quem são os violentos. Principalmente se falamos de temas que foram atribuídos aos homens e que são valores supostamente masculinos.

As palavras não podem significar algo diferente do que nomeiam. O conjunto da humanidade está formado por mulheres e homens, mas em nenhum caso a palavra “homem” representa a mulher.

Para que a mulher esteja representada é necessário nomeá-la. Como fazemos quando queremos especificar que já entramos no inverno. O verão, o outono e a primavera são estações, mas não dizemos que entramos em uma estação quando queremos nos referir ao começo do inverno.

A discriminação de gênero também foi construída a partir da linguagem. Assim, sua desconstrução passa por eliminar todas aquelas palavras que mantêm as mulheres não apenas invisíveis, o que é, como dissemos, uma forma de discriminação mediante a exclusão, mas por

eliminar também o uso de palavras que as desvalorizam, subordinam, rebaixam ou que não são equitativas.

Construir uma nova e justa concepção da vida e das relações entre as pessoas nos obriga necessariamente a desterrar palavras que durante séculos criaram injustiça.

Vários exemplos podem nos ajudar a entender como foi essa construção e como podemos desconstruí-la.

Ao consultarmos o *Aurélio*, por exemplo, podemos ver que o verbete **Mulher** se define como “ser humano do sexo feminino” na primeira acepção, enquanto que **Homem** como “ser humano do sexo masculino” somente na quarta acepção, por quê? Quais acepções vêm antes? Observem que qualidades são atribuídas à mulher e ao homem.

Vejamos agora algo sobre essas regras.

Algumas regras sobre o tratamento do gênero masculino e feminino

Já dissemos que o masculino é masculino e não neutro, nem feminino, nem genérico.

Vejamos agora o que diz a gramática sobre o gênero masculino e feminino, não sem antes assinalar que há uma grande diversidade de regras, bem como uma grande quantidade de formas de analisar os aspectos linguístico-gramaticais. Isso depende do assunto de interesse, ou seja, das palavras, regras e análise que se possa fazer delas com a gramática normativa, descritiva, estrutural, funcional, gerativa, tradicional ou transformacional.

Neste caso, vamos nos deter unicamente na gramática normativa, “aquela que prescreve as normas do bem falar e escrever”⁶, principalmente porque algumas delas vêm sendo utilizadas de forma incorreta e para que as pessoas possam utilizar corretamente a linguagem sem temor a outros estereótipos.

Dicionário Aurélio	Definições de Nome/Substantivo
<i>Substantivo</i>	Palavra com que se nomeia um ser ou um objeto (substantivo concreto), uma ação, qualidade, estado (substantivo abstrato), considerados separados dos seres ou objetos a que pertencem; nome.
<i>Comum</i>	O que denota os seres de uma espécie em sua totalidade.
<i>Próprio</i>	O que denota um ser específico entre todos os de uma espécie.

⁶ Segundo o *Aurélio*.

<i>De dois gêneros</i>	Aquele que tem só uma forma para os dois gêneros (masc. e fem.), e em que o determinante da palavra denota o sexo do ser a que se refere. [Ex.: dentista: o dentista, a dentista; o agente, a agente; o imigrante, a imigrante; o indígena, a indígena].
<i>De dois gêneros e de dois números</i>	Aquele que tem só uma forma para os dois gêneros (masc. e fem.) e para os dois números (sing. e pl.). [Ex.: papa-léguas: o papa-léguas, a papa-léguas, os papa-léguas, as papa-léguas.]
<i>Feminino</i>	Aquele de gênero feminino.
<i>Masculino</i>	Aquele de gênero masculino.
<i>Feminino de dois números</i>	Aquele que tem só uma forma para os dois números (sing. e pl.). [Ex.: práxis: a práxis, as práxis; léxis: uma léxis, duas léxis; cântaris: uma cântaris, duas cântaris.]
<i>Masculino de dois números</i>	Aquele que tem só uma forma para os dois números (sing. e pl.). [Ex.: abana-moscas: um abana-moscas, dois abana-moscas; abraxas: um abraxas, dois abraxas.]
<i>Feminino e masculino</i>	Aquele que se emprega ou como substantivo feminino ou como substantivo masculino, sem que o gênero da palavra, entretanto, corresponda a um dos dois sexos. [Ex.: aluvião: uma aluvião, dois aluviões; caipora: a ira dos caiporas; a façanha da caipora; diabete: o diabete, a diabete.]
<i>Masculino e feminino de dois números</i>	Aquele que tem só uma forma para os dois números. [Ex.: uma papa-moscas, um papa-moscas.]

<p><i>Sobrecomum</i></p>	<p>Diz-se de, ou substantivo designativo de pessoa, que tem apenas um gênero, quer se refira a alguém do sexo feminino, quer do masculino. Exemplos: carrasco, cônjuge, testemunha, criança, criatura, etc.</p>
<p><i>Epiceno</i></p>	<p>Diz-se do substantivo de um só gênero, masculino ou feminino, o qual designa a espécie de um animal e, portanto, se aplica a indivíduos de ambos os sexos. Ex.: a cobra, a borboleta, o quati. [Sendo necessário particularizar o sexo, recorre-se aos substantivos macho e fêmea, como, p. ex., o macho da cobra, a fêmea do quati, ou aos adjetivos macho e fêmeo (que se flexionam em conformidade com o gênero e com o número do substantivo a que se referem): quati macho, quati fêmeo, cobras machas, cobras fêmeas, etc.]</p>

Como se pode ver, não existe nenhuma definição que diga que o masculino seja o genérico do feminino, nem que diga que o masculino serve para nomear o feminino. Tampouco o sobrecomum ou o epiceno se ajustam ou justificam o uso do masculino para nomear o feminino.

Se, além disso, lermos com cuidado como se define o gênero masculino e o gênero feminino, podemos perceber que o famoso neutro não aparece em nenhuma parte como uma forma que inclua grupos diferentes ou heterogêneos.

Sobre as definições de gênero

Gênero: E. Ling. Classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas espécies. Um dos predicáveis: característica que uma coisa tem em comum com outra, e que lhe determina a essência, quando acrescida da diferença. **E. Ling.** Categoria gramatical que dispõe os nomes de uma língua em classes de acordo com: a) a referência pronominal (a casa/ela; o menino/ele); b) a concordância com os modificadores (a menina bonita/ o gato gordo); c) a presença de determinados afixos (como, p. ex., -triz).

Feminino E. Ling. Diz-se do gênero de palavras ou nomes que, pela terminação e concordância, designam seres femininos ou como tal considerados.

Masculino E. Ling. Diz-se das palavras ou nomes que pela terminação e concordância designam seres masculinos ou como tal considerados.⁷

Neutro Diz-se do gênero das palavras ou nomes que, em certas línguas, designam os seres concebidos como não animados, em oposição aos animados, masculinos ou femininos.

Não há um acordo sobre concepção do gênero gramatical dos nomes substantivos entre as pessoas que estudam o português. É a tradição fixada pelo ideal linguístico de correção e pelo uso que determina o costume do masculino genérico. Quando a presidenta Dilma Rousseff transformou em lei a obrigatoriedade de expedir diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido, houve muita polêmica. No artigo “O sexo dos diplomas”, de Adriana Natali, o gramático (e acadêmico) Evanildo Bechara a reforça:

“Pela tradição, o masculino engloba os dois. Quando digo: “Almocei na casa de meus tios”, tanto me refiro a tios como a tias. O masculino é usado nos diplomas porque engloba o feminino, **seguindo a tradição da língua**”.⁸

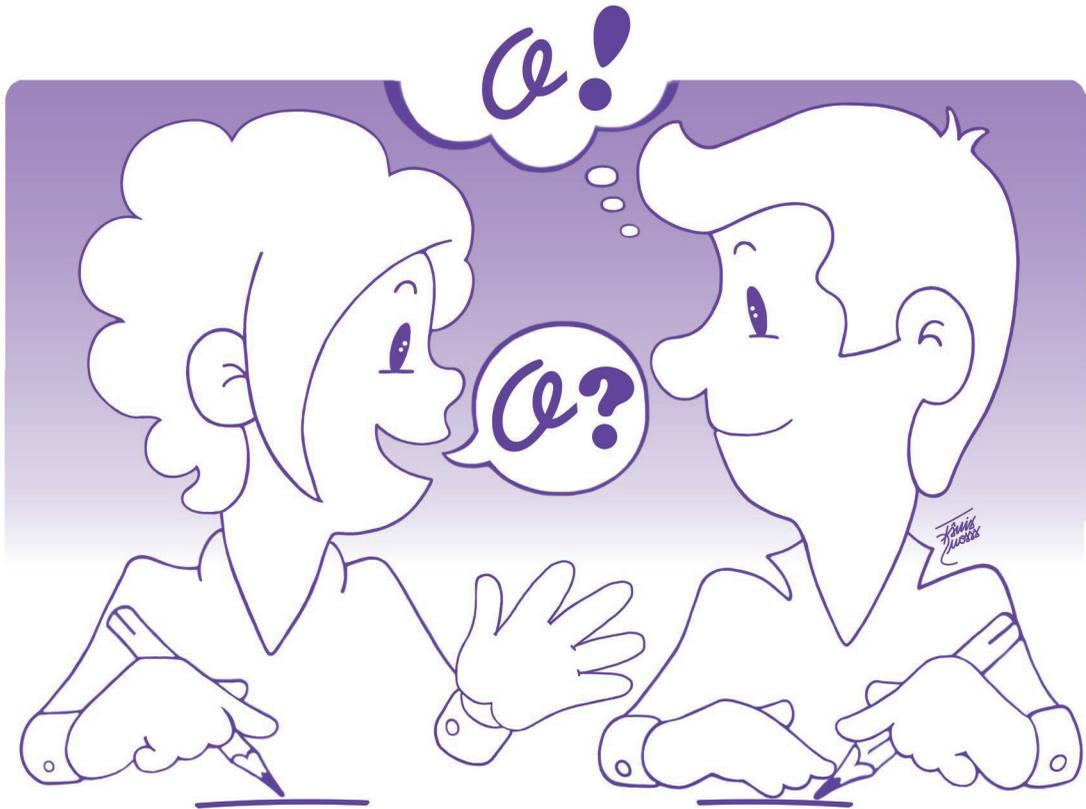
A tradição e outras formas de perenizar conceitos, experiências e práticas entre as gerações fenece se não for constantemente interpretada. Ela cristaliza o “sempre foi assim”, a repetição, o passado. Como diz Paul Ricoeur “uma herança não é um pacote fechado que se passa de mão em mão sem o abri-lo, mas um tesouro de onde sacamos com as mãos repletas e que renovamos na operação mesma de sacá-lo”.

7 Idem.

8 Grifo do GT. Ver Bibliografia.

O sexo das pessoas e a linguagem

3



Um obstáculo do patriarcado

Como em muitas áreas da vida, a identidade, os valores, a comunicação se construíram desde o patriarcado a partir do sexo das pessoas. Aqui entendido como um fenômeno histórico de relações de poder entre os sexos, que foi modificando com o passar do tempo e, portanto, não é estático:

“(...) o **patriarcado** consistiria no conjunto de sistemas familiares, sociais, ideológicos e políticos que determina qual é a função ou papel subordinado que as mulheres devem interpretar, com o fim de adequar-se e manter uma determinada ordem social. E para isto foi utilizado mecanismos diversos ao longo da história, entre eles, a violência direta ou indireta, a força, a pressão social, os rituais, a tradição, a lei, a educação, a religião, a linguagem, etc.” Ana Aguado.⁹

A linguagem, a forma de comunicação entre mulheres e homens, não está isenta desta forma de construção e foram elaboradas, não só como diz Simone de Beauvoir, a partir dos interesses dos homens, mas está carregada de uma clara intencionalidade por remarcar o caráter negativo do sexo feminino e supervalorizar o sexo masculino. Assim, encontramos com o fato que muitas das palavras que usamos mudam radicalmente seu significado segundo de quem se está falando.

Mulher pública: “prostituta”

Homem público: Indivíduo que se consagra à vida pública, ou que a ela está ligado.

Mulher da rua: Meretriz.

Homem da rua: Homem do povo
Bras. Rel. Exu

Governanta 1. Mulher encarregada de administrar casa de outrem. 2. Mulher que se emprega em casa de família para educar crianças.

Governante 1. Que, ou quem governa.¹⁰

É fundamental, para não seguir ocultando e subordinando as mulheres, esclarecer os falsos argumentos e afirmações que se utilizam sobre a confusão que há entre o gênero gramatical e o sexo das pessoas.

Além desses argumentos se darem de forma involuntária ou intencionalmente, a verdade é que são modelos que mantêm, sem qualquer justificativa, invisíveis às mulheres, pois oculta a realidade e reproduz a subordinação ante os homens. É nesse sentido que falamos de sexismo na

⁹ Traduzido pelo GT.

¹⁰ Exceto a definição de mulher pública conhecida pelo uso popular, as demais são também do Aurélio.

linguagem. O uso de uma linguagem sexista, reprodutora da atribuição de valores, capacidades e papéis diferentes para homens e mulheres em função de seu sexo, desvaloriza as atividades femininas em relação às masculinas ou em relação com o que está bem ou mal; isso expressado em qualquer palavra.

Outro exemplo:

Timoneiro [De timão1 + -eiro, seg. o padrão erudito.]: 1. Aquele que governa o timão da embarcação; o homem do leme.2. Fig. Aquele que dirige ou regula qualquer coisa; guia, chefe.

Timoneira [De timão1 + -eira, seg. o padrão erudito.]: Vão do casco do navio por onde passa a cana do leme.

Timonear [De timão1 + -ear2, seg. o padrão erudito.]: 1. Bras. S. Dirigir (embarcação) como timoneiro.

É interessante observar como nestes casos não se usa a definição da palavra em masculino para todas as pessoas e, pelo contrário, faz-se uma clara distinção para o feminino e o masculino, apesar da etimologia¹¹.

E é também curioso ver como quem escreve os dicionários não considera reiterativo colocar 5, 10 ou 20 adjetivos para que fique claro o que corresponde aos homens e o que se atribui às mulheres.

Depois de 14 definições para o verbete **homem**, o *Aurélio* lista as seguintes locuções:

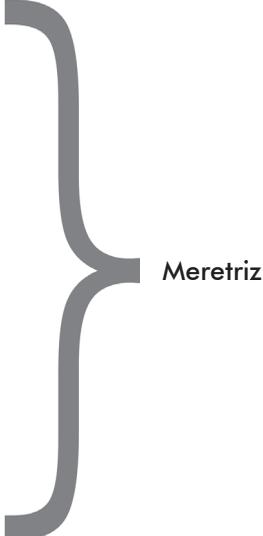
Locução homem	Definição	Locução mulher	Definição
Homem da lei	Magistrado, advogado, oficial de justiça	∅	∅
Homem da rua	Homem do povo	Mulher da rua	Meretriz
Homem de ação	Indivíduo enérgico, ativo, expedito, diligente	∅	∅
Homem de bem	Indivíduo honesto, honrado, probo	∅	∅
Homem de cor	Homem negro ou mulato	∅	∅

¹¹ Etimologia: origem e formação da palavra.

Homem de Deus	Homem piedoso, santo	∅	∅
Homem de empresa	Econ. V. empresário. 1. Aquele que é responsável pelo bom funcionamento de uma empresa (2); homem de empresa	Empresária	Fem. de empresário
Homem de espírito	Indivíduo de inteligência viva, engenhosa, sutil, espirituosa	∅	∅
Homem de Estado	Estadista. 1. Pessoa de atuação notável nos negócios políticos e na administração de um país; homem ou mulher de Estado	∅	∅
Homem de letras	Literato, intelectual	∅	∅
Homem de negócios	Pessoa que trata de grandes negócios e/ou que tem importantes relações no comércio	Mulher de negócios	Mulher que tem a seu cargo os negócios de uma empresa (3) particular; empresária. [Pl.: mulheres de negócios.]
Homem de palavra	Indivíduo que cumpre o que diz ou promete	∅	∅
Homem de prole	1. Homem nobre. 2. Intelectual ou artista	∅	∅
Homem de pulso	Homem enérgico, firme	Mulher de pulso	Mulher enérgica, firme
Homem de sete instrumentos	Indivíduo capaz de executar diferentes atividades profissionais, artísticas, culturais, etc.	∅	∅

Homem de sociedade	O que frequenta a alta sociedade e conhece seus hábitos; homem do mundo	Mulher da sociedade	A que frequenta a alta sociedade e conhece seus hábitos e costumes
Homem do leme	Timoneiro. Aquele que governa o timão da embarcação	Timoneira	Vão do casco do navio por onde passa a cana do leme
Homem do mar.	Homem habituado às lidas marítimas; marinheiro	Marinheira	Vest. Roupa de criança, ou fantasia, de gola semelhante à usada por marinheiro
Homem do mundo	Homem da sociedade	Mulher do mundo	Meretriz
Homem do povo	Indivíduo considerado como representativo dos interesses e opiniões do homem comum; homem da rua	∅	∅
Homem marginal	Sociol. Indivíduo que vive em duas culturas em conflito, ou que, tendo-se desprendido de uma cultura, não se integrou de todo em outra, ficando à margem das duas	∅	∅
Homem público	Indivíduo que se consagra à vida pública, ou que a ela está ligado	∅	∅

Porém, para o verbete mulher, além das 10 definições (sendo duas relacionadas com a sexualidade), encontramos uma série de 15 “pérolas” para as formações com ou sem hífen que, para o pessoal do dicionário, continua sendo uma palavra, no caso composta, mas palavra¹². Todas com a mesma definição: Meretriz.

1. Mulher - dama
 2. Mulher da rótula
 3. Mulher da rua
 4. Mulher da vida
 5. Mulher da zona
 6. Mulher de amor
 7. Mulher de má nota
 8. Mulher de ponta de rua
 9. Mulher do fandango
 10. Mulher do mundo
 11. Mulher do pala aberto
 12. Mulher-errada
 13. Mulher-perdida
 14. Mulher-solteira
 15. Mulher-vadia
- 
- Meretriz

Se bater a curiosidade, procure no dicionário a palavra prostituta e comparem com prostituto.

É obvio que os dicionários, ou seja, as pessoas que fazem os dicionários, não apenas recopilam palavras. Dão significado a essas palavras e, com isso, a gente aprende uma realidade.

Ao aprender a falar vamos assimilando conceitos dos quais derivarão condutas e formas de pensar. Uma ideia concreta do mundo e a informação que inclui valores, preconceitos e estereótipos serão parte fundamental da forma como nos decidiremos relacionarmos com as outras pessoas.

A língua sempre carrega cargas sociais estruturais que levam a uma inércia difícil de modificar em pouco tempo. Mas é possível gerar ações que incidam na sociedade e na linguagem ao mesmo tempo.

Posto que as palavras definem a realidade modelando-a, e que também a realidade tem

12 Citação do Aurélio: Palavras que sofreram alteração na 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (ABL - 2009), ou aquelas (...) formações com conectores (a, de, com, etc.), que (...) ficaram sem hífen no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, por ter a Academia Brasileira de Letras decidido que no Acordo só valem as exceções mencionadas.

uma grande carga no significado que se dá às palavras, podemos impulsar propostas dirigidas a mudá-las mediante um uso não sexista das palavras e, com isto, conseguir a sua modificação.

A linguagem cria consciência, cultura, ideologia e modifica o pensamento das pessoas. Podemos, portanto, ao mudar a forma de falar e escrever, modificar a mentalidade das pessoas, suas condutas e como consequência a própria sociedade.

Dado que a língua é uma ferramenta e um método vivo que permite a mudança, é perfeitamente possível (depende da nossa vontade) começar a incluir algumas modificações que deem uma visão muito mais real da diversidade deste mundo e da nossa sociedade.

Mudanças que temos que começar a fazer

- Não usar o feminino para a questão privada ou que denote posse das mulheres: “a mulher do Pedro”; “deu a mão de sua filha”. As pessoas não se possuem.
- Não usar frases estereotipadas que consolidem papéis tradicionais: “a galinha protege seus pintinhos”; “se queria trabalhar, por que teve filhos?”
- Não usar o masculino como universal: “o mundo é dos homens”; “a origem do homem”; “os jovens de hoje”.

Mais adiante na formação do masculino e do feminino, veremos que o masculino não é neutro. E, evidentemente, não é neutral.

- Temos que evitar o silêncio que é a invisibilidade e deixar de usar supostos genéricos que são masculinos.

12% na Saúde: uma conquista de todos os gaúchos.

Serviços ao cidadão, Direitos do Cidadão, Direitos do Consumidor.

Os estudiosos acreditam que, uma vez que o homem da Idade da Pedra ainda...

Agora, vamos pensar na Pré-história. Naquela época, o homem já tinha cultura.

- Não incorrer em estereotipia e/ou saltos semânticos começando a falar em masculino como se fosse genérico e continuar com uma frase que se refere só ao masculino.

O gaúcho gosta de churrasco, chimarrão, fandango, trago e mulher.

O êxodo rural é muito marcado pelos jovens e pelas mulheres.

Os músicos participantes podem levar esposas e filhos, onde pagarão o mesmo ...

Os indígenas que trabalham a terra contam com a ajuda das mulheres da comunidade.

- Não manifestar fórmulas de tratamento que implicam inferioridade, menosprezo ou desvalorização:

Boa noite Bonner, boa noite Patrícia.

Gleisi e Paulo Bernardo dizem estranhar ataques de Ratinho.

Médicos e enfermeiras que deixam seu lar para ajudar as pessoas no Haiti.

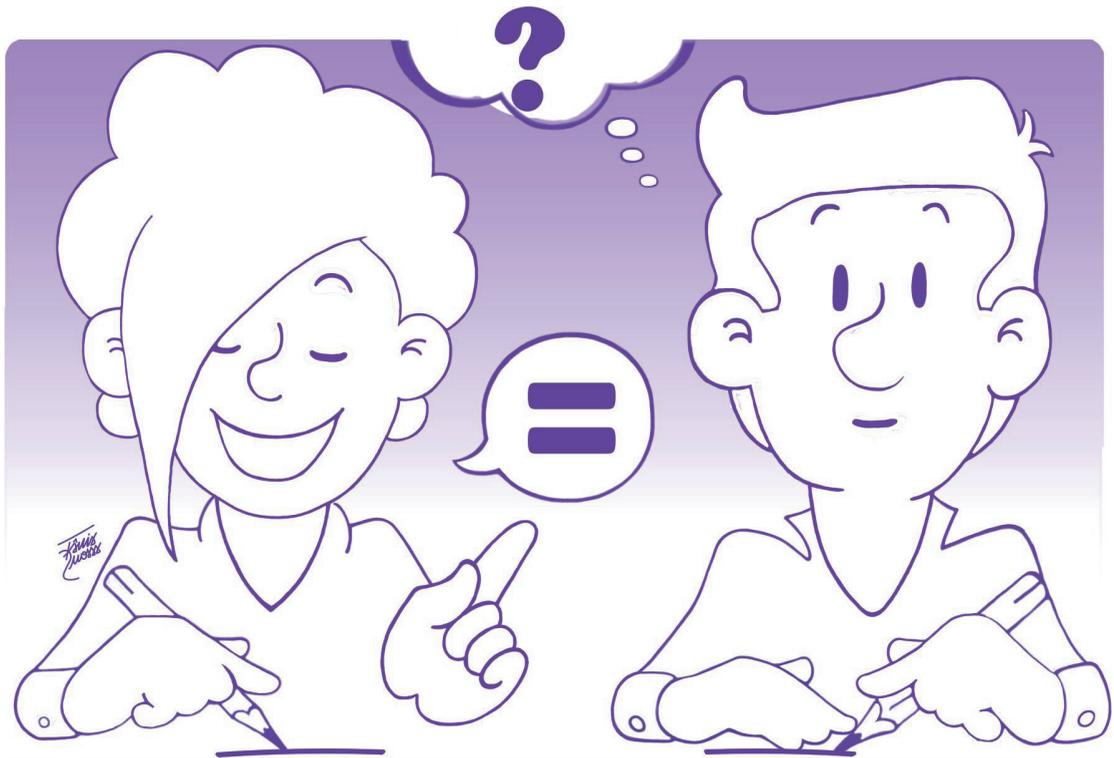
Mais de cem entidades públicas e privadas, além de centenas de crianças, mães e educadores participaram da iniciativa “Passeata dos Bebês”.

Trata-se, sobretudo, de não reproduzir o que não é correto, o que é falso, o que discrimina, desvaloriza ou não reconhece a realidade, seja mediante provérbios, ditados, estereótipos sexistas, frases feitas ou palavras que consolidam uma constituição social negativa para as mulheres.

Vamos ver exemplos práticos e reais que nos ajudem a usar uma linguagem mais equitativa, especialmente para aqueles e aquelas que desejem contribuir com seu grão de areia para a eliminação do sexismo e do androcentrismo.

A Gramática e a Semântica

4



O significado e o significante

Esclarecendo algumas confusões

É claro que as coisas nomeadas pela língua possuem um gênero gramatical que não tem relação alguma com o sexo das pessoas. Assim, as palavras **lua**, **casa**, **serra** têm gênero feminino e as palavras **lar**, **mato**, **planeta** são masculinas. Inclusive há palavras que se podem usar no masculino e feminino indistintamente como **rádio**, **atleta**, **fã**. Mas isso vamos ver mais adiante.

Também é óbvio que as palavras que denominam mulheres e homens têm coincidência entre gênero gramatical e o sexo das pessoas às quais nomeia:

Professora, camponesa, cidadã, meninas – o gênero feminino coincide com o sexo da pessoa nomeada.

Professor, camponês, cidadão, meninos – o gênero masculino coincide com o sexo da pessoa nomeada.

Se levarmos em conta o anterior, podemos então concluir que quando se utiliza o masculino para nomear uma mulher ou um grupo de mulheres, seja involuntariamente ou por costume, estamos pelo menos tornando invisíveis as mulheres e, no pior dos casos, estamos excluindo-as da representação simbólica e real da sociedade que a língua produz.

Se há palavras adequadas para nomear cada pessoa, usar o masculino para nomear as mulheres é, no mínimo, ocultar a realidade.

Mas, além disso, há que dizer às pessoas que resistem a falar com propriedade, e preferem o costume e o uso tradicional da língua, que segundo as regras gramaticais, tampouco é correto utilizar o masculino para se referir ao feminino.

Há toda uma série de matizes, opções e exceções que formam parte da gramática normativa para que a linguagem seja precisa e adequada, isto é, clara, transparente, não discriminatória e inclusiva.

Não podemos argumentar a favor do uso do masculino como neutro ou genérico, primeiro porque não existem substantivos neutros para as pessoas, tal como já dissemos anteriormente. E segundo, e mais importante, porque manter em uso qualquer forma irreal de representação do mundo, da vida cotidiana e das pessoas, é tendenciosa e prejudicial para o conjunto da sociedade, uma vez que constrói no imaginário coletivo ideias e imagens falsas do seu entorno.

No capítulo 5 deste manual vamos ver algumas dessas opções, como por exemplo: o uso de genéricos, o uso de neutros, conjugações verbais e alternativas que nos permitam falar e levar em conta a realidade e a equidade para uma sociedade respeitosa dos direitos que as pessoas demandam.

Vamos à prática

Já vimos como substituir os artigos **os** e **o**, por **as pessoas**, **a humanidade**, **a juventude**, etc.

Como se pode evitar o uso de **aquele** e **aqueles**? Quando temos o relativo **que** em seguida podemos substituir por **quem**. Por exemplo:

Aqueles que saibam assinar que o façam no final da aula.	NÃO RECOMENDADO
Quem souber assinar que o faça no final da aula.	RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial àqueles que têm fome e sede.	NÃO RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial a quem têm fome e sede.	RECOMENDADO
Forte é aquele que acredita.	NÃO RECOMENDADO
Forte é quem acredita.	RECOMENDADO

Podemos substituir o uso de **homem** por **alguém**, **qualquer**. Por exemplo:

Quando o homem não tem saúde tudo é mais difícil	NÃO RECOMENDADO
Quando alguém não tem saúde tudo é mais difícil	RECOMENDADO
Se o homem ouve rádio se anima um pouco	NÃO RECOMENDADO
Se alguém ouve rádio se anima um pouco	RECOMENDADO
Quando o homem se confunde ao fazer algo	NÃO RECOMENDADO
Quando qualquer pessoa se confunde ao fazer algo	RECOMENDADO

Os pronomes e advérbios com gênero masculino podem ser trocados por **outras palavras** que têm o mesmo sentido e que se podem usar **sem a marca de um gênero específico**. Por exemplo, com os pronomes **seus**, **meus**:

No Natal sempre vai visitar os seus	NÃO RECOMENDADO
No Natal sempre vai visitar sua família	RECOMENDADO

Você deve defender os seus	NÃO RECOMENDADO
Você deve defender sua gente	RECOMENDADO
Sempre trabalhou cuidando dos outros	NÃO RECOMENDADO
Sempre trabalhou cuidando de outras pessoas	RECOMENDADO

Ou com os advérbios **muchos**, **poucos**, por exemplo:

Muitos têm dúvida se votarão ou não	NÃO RECOMENDADO
Muitas pessoas têm dúvida se votarão ou não	RECOMENDADO
A maioria duvida se votará ou não	RECOMENDADO
Poucos são os premiados na loteria	NÃO RECOMENDADO
Uma minoria é premiada na loteria	RECOMENDADO

Salto semântico ou problemas de estereotipia

É comum o uso do masculino como genérico em uma frase para referir-se a homens e mulheres e em seguida fazer referência a particularidades unicamente masculinas.

Isso se chama salto semântico. Uma definição mais acadêmica seria:

Quando ao falar se usa o masculino como genérico em uma primeira frase e imediatamente depois se usa o mesmo masculino, mas dessa vez em sentido estritamente masculino. Uns exemplos nos ajudarão a entender melhor.

Exemplos

Os nordestinos emigram prioritariamente às capitais, suas mulheres costumam ficar no povoado. Só os homens emigram às capitais?

A lei proíbe a bigamia, mas quase todos têm duas mulheres. Será que a bigamia está proibida só para os homens? Ou se supõe que as mulheres também costumam ter duas mulheres?

Em lugar dessas frases, para evitar confusões às quais se presta essa forma de falar, podemos dizer:

No Nordeste os homens emigram majoritariamente às capitais. As mulheres costumam ficar na sua cidade

Embora a bigamia esteja proibida, quase todos os homens têm duas mulheres.

Outros exemplos:

S. Semântico: Todos os trabalhadores poderão ir ao jantar com as suas esposas.

Alternativa: O pessoal poderá ir ao jantar acompanhado.

S. Semântico: Os estudantes não poderão receber visitas femininas nos dormitórios.

Alternativa: Não se permitem visitas nos dormitórios.

Problemas de estereotipia¹³

P. Estereotipia: O marido daquela mulher deixa-a trabalhar meio turno.

Alternativa: O marido daquela mulher “deixa-a” trabalhar meio turno.

Alternativa: O marido diz que “deixa” sua esposa trabalhar meio turno.

Alternativa: Aquela mulher trabalha meio turno.

Nas duas primeiras alternativas a expressão *deixa-a* foi colocada entre aspas para destacar um comportamento tendencioso de uma das partes do casal e não, necessariamente, da autoria da frase. Pode ser que a intenção fosse comentar o regime de trabalho dela, porém acabou mostrando um dos estereótipos da relação de um casal heterossexual. A última alternativa está livre de estereotipia e sexismo.

P. Estereotipia: Fabiane e Jorge trabalham em período integral. Depois de buscar as crianças na escola ele *a ajuda* nas tarefas domésticas.

Alternativa: Fabiane e Jorge trabalham em período integral. Depois de buscar as crianças na escola dividem as tarefas domésticas entre todos e todas.

No primeiro caso a tarefa doméstica está designada para a mulher. No segundo, como não se sabe quem busca as crianças ou se a divisão das tarefas domésticas é equitativa, para deixá-la mais propositiva acrescentamos entre todos e todas.

¹³ Exemplos a partir do Guia da UNESCO Redação sem discriminação. Ver Bibliografia.

Outras estratégias semânticas

Mudar a forma de redação de uma frase e modificar o lugar do sujeito ou dos verbos e sua conjugação é alternativa possível. Por exemplo:

Em lugar de: Os paulistanos têm um bom nível de vida.

Podemos dizer: O nível de vida em São Paulo é bom.

Em lugar de: Professores do ensino médio receberão *tablets*.

Podemos dizer: O corpo docente do ensino médio receberá *tablets*.

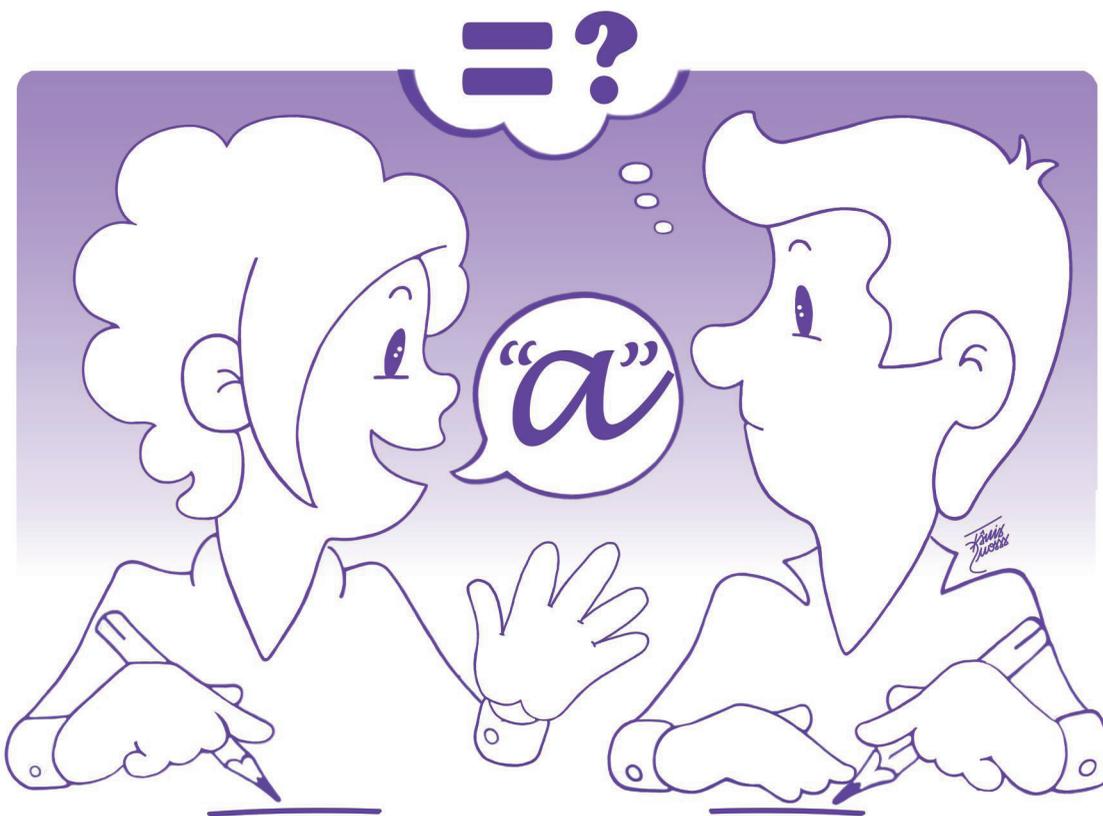
O professorado do ensino médio receberá *tablets*.

Estamos plenamente convencidas de que será a influência social que fará possível que as palavras representem devidamente a diversidade existente e que mude a representação das mulheres no mundo e a imagem estereotipada, minimizada ou desvalorizada que ainda hoje reproduzimos ao falar (embora seja sem intenção, sem interesse e sem pensar, ou simplesmente por falta de informação) do mesmo modo que conceitos e ideias evoluíram mediante uma mudança em nossa forma de falar e escrever.

Esperamos que esta informação seja útil e proporcione ferramentas para influir positivamente, a partir de cada espaço, com uma nova maneira de falar, para a evolução social.

5

O uso do neutro e o uso de genéricos



“Se uma mulher e seu cachorro estão atravessando a rua e um motorista embriagado atinge essa senhora e seu cão, o que vamos encontrar no noticiário é o seguinte: “Mulher e cachorro são atropelados por motorista bêbado”. Não é impressionante? Basta um cachorro para fazer sumir a especificidade feminina de uma mulher e jogá-la dentro da forma supostamente “neutra” do masculino.”

Marcos Bagno

O uso do neutro e o uso de genéricos

Já comentamos o suficiente sobre o masculino como pretensão genérica. Em seguida é proposta uma série de exemplos para esclarecer exatamente o que são os genéricos. Mas brevemente queremos referir-nos a outro mal-entendido: o uso do masculino como neutro.

Muita gente confunde neutro com genérico ou com indeterminado ou indefinido.

Antes de passar a ver os genéricos queremos esclarecer que o neutro é inexistente em nossa língua para substantivos. Neste manual, só proporcionaremos alguns poucos exemplos para explicar em que caso se pode usar o neutro e o que é exatamente o que representa ou significa. Na nossa língua só se considera neutro o artigo **o** quando é usado como pronome demonstrativo equivalente a **isto** ou **isso**, ou **aquilo** e os reflexivos **se** e **si**.

Por exemplo:

Os habitantes nunca estão contentes com o transporte	NÃO RECOMENDADO
Nunca se está contente com o transporte	RECOMENDADO
Os paulistas economizam bastante	NÃO RECOMENDADO
Em São Paulo se economiza bastante	RECOMENDADO
Eles nunca colaboram	NÃO RECOMENDADO
Esse grupo nunca colabora	RECOMENDADO
Aquele que quiser peixe que se molhe	NÃO RECOMENDADO
Quem quiser peixe que se molhe	RECOMENDADO

Os genéricos

Pensamos que o mais adequado para dar um significado real à representação das pessoas e recuperar a visibilidade das mulheres na sociedade é usar o feminino e o masculino. Ou seja, nomear meninas e meninos, mulheres e homens da mesma maneira que nomeamos as pessoas quando queremos deixar claro a quem nos referimos. Geralmente não dizemos “Reuniram-se os presidentes para falar de”, mas dizemos “Reuniram-se a Presidenta do Brasil e o Presidente do

Uruguai para falar de” ou “às 15h a presidenta Sr.ª Ana de Saula se reuniu com Sr. Carlos Ostras representante da Faculdade UniPoa”.

Tudo bem, diante das resistências de que é carregado e aborrecido dizer as senhoras deputadas e os senhores deputados, temos alternativas que podemos utilizar e que não invisibilizam. E que são realmente inclusivas. Trata-se do genérico.

Atenção! Genérico não é: “os homens”. Isso é masculino plural e representa apenas um coletivo: o de homens.

Genéricos reais são:

Em lugar de:	Utilizar:
Os meninos	As crianças / A infância
Os homens	A população / O povo
Os cidadãos	A cidadania
Os filhos	A descendência / A prole
Os trabalhadores	O pessoal
Os professores	O professorado / O corpo docente
Os eleitores	O eleitorado
Os jovens	A juventude
Os homens	A humanidade

Redação excludente	Redação inclusiva
Os indígenas terão crédito	A população indígena terá crédito
Os jovens que desejem estudar	A juventude que deseje estudar
Os votantes do Distrito Federal tendem a	O eleitorado do Distrito Federal tende a
Os cidadãos se manifestaram	A cidadania se manifestou
Os gaúchos não querem que	A sociedade gaúcha não quer que
Os interessados em participar	As pessoas interessadas em participar
Os maiores de idade receberão uma	As pessoas maiores receberão uma
Os meninos terão atenção médica	As crianças terão atenção médica, ou As meninas e os meninos terão atenção médica

Não é tão difícil. É uma questão de clareza na linguagem e de vontade pessoal, de coerência e concordância entre o significado de nossas palavras e o significante que realmente queremos comunicar.

Mais opções: os abstratos

É muito comum que, inclusive sem saber o gênero das pessoas às quais nos referimos, usemos o masculino ou o que é mais incoerente ainda, sabendo que se trata de uma mulher utilizemos o masculino em adjetivos, **profissões** ou **cargos**.

Desaconselhável	As alternativas recomendáveis
Assessores/ o assessor	Assessoria
Orientadores/o orientador	Orientação
Os chefes/o chefe	Chefia
O diretor/os diretores	A Direção
O coordenador/os coordenadores	A Coordenação
Os redatores	A Redação

Sexista	Não sexista
Convocam-se os Coordenadores de	Convoca-se a coordenação de
O diretor do centro comunica	A direção do centro comunica
Os assessores recomendaram que	A assessoria recomendou que
Os legisladores estabeleceram	A atual legislação estabelece
Pediu-se aos juízes	Pediu-se ao poder judiciário
Necessitam-se formados em	Necessitam-se pessoas formadas em

Existem outros recursos linguísticos, tais como a forma de utilizar diferentes conjugações verbais para evitar a referência a nomes “universais” que não o são, como usar “homens” para toda a humanidade, por exemplo.

Não representa a toda a humanidade	Representa a humanidade
Há 2.000 anos o homem vivia da caça	Há 2.000 anos se vivia da caça
Na época pré-histórica os homens escreviam mediante hieróglifos	Na época pré-histórica se escrevia mediante hieróglifos
O trabalho do homem melhora sua vida	O trabalho da humanidade melhora a vida
É benéfico para o homem	É benéfico para a sociedade/ É benéfico para as pessoas
Atuação do homem na clonagem de animais pré-históricos	Atuação de especialistas na clonagem de animais pré-históricos
Houve mutação das espécies pela ação predatória do homem	Houve mutação das espécies pela ação predatória das pessoas, do gênero humano
É Responsabilidade do homem a manutenção da biodiversidade	É Responsabilidade da humanidade a manutenção da biodiversidade
Já era homem quando perdeu o pai	Já era adulto quando perdeu o pai
É apenas um homem, não pode fazer milagres	É apenas um ser humano, não pode fazer milagres

Em muitas ocasiões, ao utilizar instruções ou ao falar dando por entendidas determinadas situações tornamos a utilizar o masculino como genérico.

E de novo encontramos alternativas para evitar que alguns setores fiquem excluídos ou não se deem por aludidos.

Trocar o verbo no masculino pela terceira pessoa do singular ou plural: **você** ou **vocês**.

Não recomendável	Recomendável
O passageiro só necessita inserir o bilhete Integração no dispositivo	Caso você tenha o bilhete Integração só necessita inserir no dispositivo
Os leitores do jornal poderão participar do concurso	Se vocês leem o jornal poderão participar do concurso
O consumidor estará mais seguro se comprovar a data de validade do produto na embalagem	Você sentirá mais segurança se comprovar a data de validade do produto na embalagem

É benéfico para o homem

É benéfico para a sociedade/ É benéfico
para as pessoas

Existem muitas alternativas para que a língua seja coerente exatamente com o que quer representar ou refletir.

A gramática normativa tem uma série de regras que nos ajudam a expressar com clareza. Assim, a regra sobre concordância em gênero e número (não é correto dizer “a crianças”, “o atriz”, “a boxeador”, ou “as peixes”) nos explica que se queremos nos referir a um grupo o artigo e o substantivo devem estar no plural.

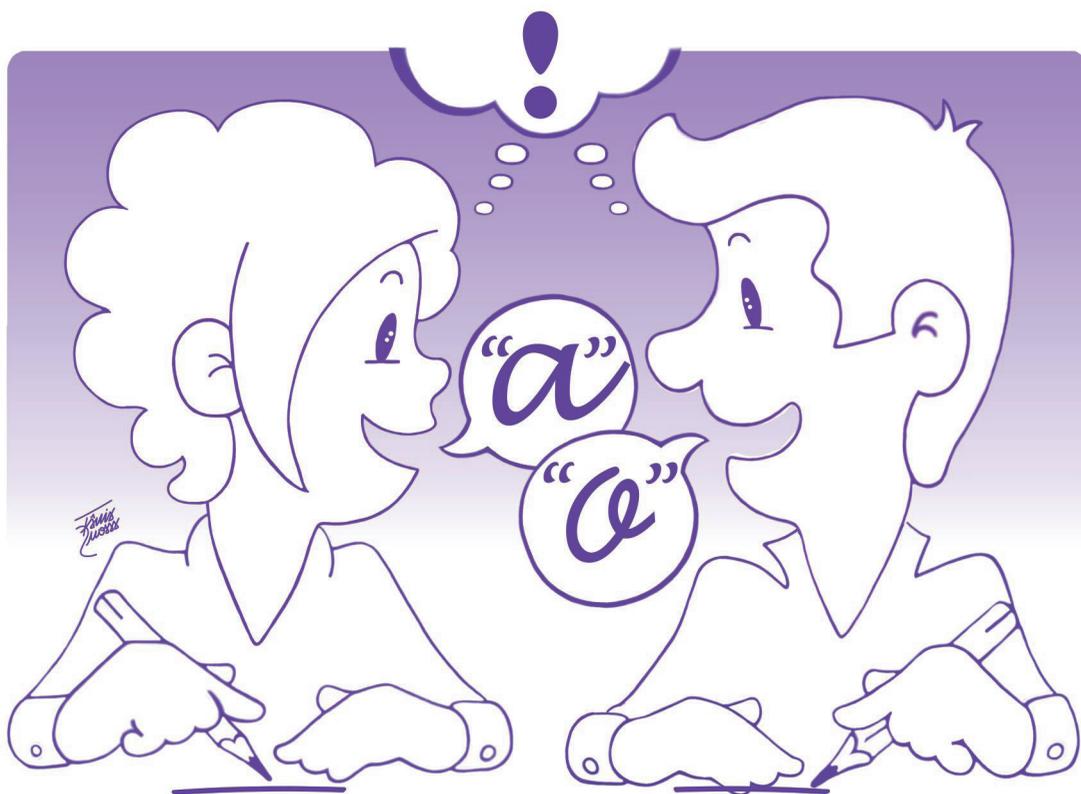
Da mesma maneira, quando falamos no feminino, o artigo e o substantivo devem também estar no feminino (com exceções como: chef, artista e outros que veremos mais adiante no que se refere a profissões).

Pareceria um erro se escutássemos: “A pedreiro Antônio foi demitida”. Seguramente, pelo menos pensaríamos que se enganaram ao escrever a frase ou que talvez haja uma mulher que se chame Antônio. Mas nunca nos ocorreria pensar que a um homem se possa dizer a pedreiro.

No capítulo seguinte vamos falar um pouco deste tema, do significado e da transcendência que tem referir-nos a uma mulher como Diretor, Professor, etc.

Profissões exercidas por mulheres

6



Vã Filosofia...

Falas muito de Marx,
de divisão de tarefas,
de trabalho de base,
mas quando te levantas
nem a cama fazes...

Leila Mícolis

Profissões exercidas por mulheres

A realidade do trabalho se representa, como qualquer outra atividade social, fundamentalmente por meio das palavras.

A cada objeto, a cada ação, a cada emoção ou situação corresponde uma palavra. É assim que sabemos que existe o mar mesmo que jamais o tenhamos visto; que há um estado no norte que se chama Pará, mesmo que nunca tenhamos viajado pra lá e inclusive, mediante a descrição de sua geografia podemos imaginá-lo e ter uma ideia bastante aproximada de como ele é.

As palavras nos dão conta das características da população, de seus traços físicos, de seu nível de vida, de suas habilidades e até de aspectos mais imateriais ou abstratos como seu caráter ou suas crenças.

Pelo contrário, o que não se nomeia, embora exista, passa ao terreno do invisível, do que não existe. Assim, para muita gente que nunca ouviu a palavra “Aldrava” aquilo que corresponde a essa palavra não existe. E se lhe pedíssemos que representasse num desenho uma aldrava, não poderiam fazê-lo. Não poderiam imaginar a que nos referimos nem ter uma ideia do que essa palavra significa, simplesmente, para quem nunca ouvir falar da “aldrava”, a aldrava não existe.

Com muitas tarefas e atividades das mulheres aconteceu isso durante muito tempo. Não foram nomeados seus afazeres cotidianos. Não se falou do trabalho que realizam. Permaneceram no terreno do invisível, do que não existe. Assim, por exemplo, quando a uma mulher dedicada ao trabalho em casa, lhe perguntavam: “Você trabalha?” A mulher respondia: “não, sou dona de casa”. Nunca foram nomeadas as tarefas domésticas como um trabalho.

Por outro lado, como os trabalhos remunerados eram fundamentalmente ocupados por homens, e durante décadas, terem sido os que puderam frequentar os cursos universitários, a realidade do trabalho e os títulos correspondia, logicamente, ao mundo masculino e assim se nomeava a existência de Engenheiros, Doutores, Diretores, Pedreiros, Pilotos, Antropólogos.

Hoje em dia, tanto o mundo do trabalho como o acadêmico têm uma composição totalmente diferente. Há tantas mulheres graduadas como homens e tantas Doutoradas como Doutores. No entanto, continua-se falando do mundo do trabalho e profissional no masculino. Isso tem uma clara e negativa repercussão na representação da realidade, pois para muitas pessoas, ao não ouvir nunca a palavra Pilota terá uma falsa ideia da realidade ao pensar que elas não existem. Ou se só se ouve a palavra Diretor, vai se continuar pensando que não há nenhuma Diretora e sua imagem do mundo será distorcida.

Quando nomeamos a realidade como ela é, conseguimos transmitir uma ideia exata dela. Se falarmos das profissões em feminino estaremos ajustando nossa comunicação, seja escrita ou verbal, à realidade do mundo real e diverso em que vivemos, onde há mulheres e homens que realizam atividades, que sofrem, estudam, sentem e compartilham situações e sentimentos. Assim permitiremos que as pessoas possam imaginar, conhecer e localizar-se em um mundo plural, no mundo que existe e ao qual devem ter acesso. Um mundo com muito mais alternativas e oportunidades se o uso irreal da linguística não invisibilizar mais, nem desautorizar ou ocultar

por mais tempo as mulheres.

“As resistências a feminizar uma profissão ou cargo nunca se baseia em argumentações estritamente linguísticas, porque as resistências não vêm da língua, as línguas costumam ser amplas e generosas, dúcteis e maleáveis, hábeis e em perpétuo trânsito; as travas são ideológicas...” . Eulàlia Lledó Cunill (2002)

NOMEAR em feminino as profissões é, portanto, não apenas reconhecer que há mulheres que trabalham em todas as profissões que existem, mas também que as habilidades das mulheres não têm limitações pelo fato de serem mulheres, é reconhecer que o futuro das mulheres não está limitado por seu sexo, é eliminar estereótipos ideológicos e abrir a porta a uma nova percepção do mundo, sem travas, onde o sexismo não seja barreira para as opções pessoais, para os desejos, as vocações, as profissões, o desenvolvimento pessoal e para a satisfação de poder fazer o que mais gostamos ou o que mais nos satisfaz.

Aqui apresentamos algumas regras que podem nos ajudar a conhecer como se forma o feminino nas profissões conforme o caso.

Formação do masculino e do feminino em profissões e cargos

Como em outros casos da língua portuguesa, as profissões, os cargos, as funções e as atividades humanas podem ser formadas no feminino e no masculino:

1 - pela troca da terminação **A** por **O** ou **O** por **A**:

Antropóloga – Antropólogo
Astrônoma – Astrônomo
Cômica – Cômico
Cozinheira – Cozinheiro
Padeira – Padeiro

Doceiro - Doceira
Médico - Médica
Ministro - Ministra
Psicólogo - Psicóloga
Veterinário - Veterinária

2 – pela troca da terminação **E** por **A** ou **A** por **E**:

Alfaiate – Alfaiata
Contramestre – Contramestra

Mestra - Mestre
Presidenta - Presidente

3 – pelo acréscimo do **A**:

Administrador - Administradora
Autor - Autora
Bacharel - Bacharela
Cafeicultor - Cafeicultora
Cobrador - Cobradora
Coronel - Coronela
Cuidador - Cuidadora

Embaixador - Embaixadora
General - Generala
Marechal - Marechala
Professor - Professora
Oficial - Oficiala
Relator - Relatora
Vereador - Vereadora

4 – pela troca da terminação **ÃO** por **Ã**:

Artesão – Artesã
Capitão – Capitã
Cirurgião – Cirurgiã

Escrivão – Escrivã
Guardião – Guardiã
Peão – Peã (ou Peoa)

5 – pela troca da terminação **ÃO** por **OA**:

Ermitão – Ermitoa
Hortelão – Horteloa
Patrão - Patroa

Peão - Peoa (ou Peã)
Tabelião – Tabelioa (ou Tabeliã)
Tecelão – Teceloa (ou Tecelã)

6 – pelo uso da terminação **ESA**:

Cônsul – Consulesa
Druida – Druidesa (ou Druidisa)
Prior – Prioresa

7 – pela terminação **ESSA** ou **INA**:

Abadessa
Alcaidessa (ou Alcaidina)
Bailarina
Dançarina
Maestrina (ou Maestra)

Diaconisa
Papisa (ou Papesa)
Poetisa
Sacerdotisa

8 – pelo uso da terminação **TRIZ**:

Atriz

Cant**atriz** (usual. Cantora)

Danç**atriz** (usual. Dançarina)

Dire**triz** (usual. Diretora)

Embaixatriz

Govern**atriz** (usual. Governadora)

Obste**triz** (usual. Obstetra)

Substantivos comuns de dois gêneros:

Este tipo de formação é a que se usa para o feminino e o masculino a mesma terminação. O gênero é dado pelas palavras que os acompanham:

A/O docente
expoente
correspondente
agente
concorrente

Esta/este especialista
esteticista
estilista
cientista
humorista

Uma/um jornalista
comentarista
telefonista
dentista
acionista

Aquele/aquela aeronauta
astronauta
acrobata
diplomata
ginasta

Duas/dois alpinistas
balconistas
ascensoristas
lojistas
desenhistas

Boa/bom cineasta
gari
intérprete
pediatra
tenente

Regras de concordância ou sintáticas

Sempre, estejamos falando de casos comuns de dois ou não, utilizaremos os determinantes femininos para acompanhar um ofício, profissão ou cargo exercido por uma mulher e os determinantes masculinos quando se trate de um homem.

Não empregar	Empregar
Um fiscal	Uma fiscal
Um patrão	Uma patroa
Aquele cavaleiro	Aquela cavaleira
O juiz	A juíza
O industrial	A industrial

Da mesma forma trataremos os adjetivos e os participípios

A juíza adjunta do tribunal / a segunda cavaleira da lista

O juiz adjunto do tribunal/ o segundo cavaleiro da lista

A guia encarregada do grupo/ o guia encarregado do grupo

Uma grande especialista/ um grande especialista

Uma engenheira em computação/ Um engenheiro em computação

REVISANDO:

A – Não usar formas sexistas ou androcêntricas. Tornar visíveis as mulheres e, portanto, não usar o masculino como genérico (o masculino é masculino, não é genérico).

B – Quando se fizer uma oferta de emprego deve aparecer o feminino e o masculino. Preferentemente, como uma **ação positiva**, colocar sempre primeiro o feminino e depois o masculino.

C – Enquanto a linguagem continuar carregada de estereótipos, não convém dissimular a visibilidade das mulheres. Por isso é importante evitar as barras diagonais: "oferece-se trabalho a costureira/o". Não se devem usar parênteses "buscamos um (a) advogado (a)". Nesse mesmo sentido é preciso eliminar os símbolos que não são legíveis ou que não é verdadeiramente representação do feminino: `querid@s` `amig@s` ou `todxs` `juntxs`.

D – Quando usamos o feminino, os textos são muito mais claros e entendíveis.

Se nos custa muito tempo ou trabalho nomear em feminino e masculino, o que recomendamos é que se usem palavras abstratas ou genéricas: “o pessoal docente”, “a assessoria legal”, “a comunidade hospitalar”, “a vizinhança”, etc. no caso que se queira fazer uma referência coletiva aos dois sexos.

A identidade social está diretamente relacionada com a linguagem e da mesma forma que uma imagem nos leva a ter uma ideia das coisas (as imagens, as pinturas, também são meios de comunicação) as palavras nos dizem como é a pessoa de um lugar, como é um país. Para muita gente, por causa das imagens que foram difundidas, o povo nordestino é de gente baixa e de cabeça chata. Incorreto!

Para muitas pessoas as mulheres são, ainda hoje, “donas de casa”.

Frases como: “Se você queria trabalhar, por que casou?” ou “Cuide do seu irmão, porque você é mulher” formaram uma ideia que, não apenas nega às mulheres o direito de poder se desenvolver plenamente como pessoas, mas também cria um modelo de comportamento **que devem ter as mulheres**, deixando outras atividades em segundo plano ou como inadequadas.

Se a isto somarmos que a mídia fala só de Governadores, Deputados, Atores, Procuradores, Investidores, Empresários...

E as ofertas de trabalho pedem: técnicos, tradutores, arquitetos, professores... Dificilmente mudaremos as expectativas que uma jovem possa imaginar para o seu futuro.

Qualquer pessoa quando fala pode colaborar para abrir todas as oportunidades existentes.

Por isto, quando uma mulher é definida profissionalmente no masculino, o que se está promovendo é:

1. A invisibilidade das mulheres que desempenham essas profissões;
2. A excepcionalidade que confirma que não é algo normal para as demais mulheres;
3. Reservar o masculino para determinadas atividades remuneradas ou de prestígio;
4. Que as pessoas continuem pensando que tal ou qual profissão não pode ser dita no feminino.

Qualquer dessas ideias é, sem dúvida, contrária ao desenvolvimento da humanidade, da igualdade de oportunidades e de uma sociedade equitativa. Atavismos históricos que perpetuam o androcentrismo, o sexismo e a misoginia.

O uso do gerúndio e outras estratégias úteis para construir uma linguagem equitativa

Mestras, Historiadoras, Pedagogas, Linguistas, Filólogas, Filósofas e um número enorme de pessoas interessadas em melhorar nossa comunicação, nossas relações e, especialmente, a situação de marginalização em que foram colocadas as mulheres durante séculos, dedicaram anos de sua vida a pensar e a sugerir alternativas. Isto sem invisibilizar, menosprezar ou desvalorizar ninguém, mais bem para nos entendermos melhor a partir de uma análise séria da linguagem e das possibilidades que ela oferece para proteger o respeito à diversidade.

Às vezes a questão é de intenção e/ou de falta de conhecimento. Porém, sempre que queremos encontrar uma solução para um problema e nos colocamos a trabalhar, encontramos mais de uma possibilidade.

Estas são algumas sugestões e estratégias propostas por mulheres com vontade de melhorar a linguagem.

O uso do gerúndio

Sintaticamente é possível utilizar o gerúndio para evitar o uso de algumas palavras que geralmente se identificam com os homens como, por exemplo, políticos, diplomatas, médicos ou gentílicos a que recorremos por costume, embora a sociedade tenha se transformado e as palavras já não respondam com exatidão ao que literalmente estamos dizendo.

Referimo-nos a frases como:

Se os diplomatas tivessem mais competência, a gestão seria melhor	INADEQUADA
Tendo mais competência, melhoraria a gestão diplomática	ADEQUADA
Se os policiais trabalhassem em melhores condições haveria mais segurança	INADEQUADA
Trabalhando em melhores condições a segurança policial aumentaria	ADEQUADA
Se os eleitores optarem por esse partido ganharemos pouco	INADEQUADA
Votando por esse partido ganharemos pouco	ADEQUADA
O mercado vai melhorar se o governo ampliar a cooperação com argentinos	INADEQUADA
Ampliando a cooperação com Argentina o mercado vai melhorar	ADEQUADA

Outras Estratégias

Existem outras opções que evitam a referência sexual ou abrangem o feminino e o masculino.

Morfologicamente o uso de **pronomes, adjetivos, substantivos e verbos** (sem a anteposição de determinantes), que não variam no que se refere a gênero, permitem-nos falar ou escrever sem que ninguém fique invisível ou oculto.

Em lugar de	Valer-se de
Os representantes do bairro	Representantes do bairro
É o porta-voz do setor empresarial	É porta-voz do setor empresarial
É o cantor do grupo	Canta no grupo
Eles eram inteligentes e amáveis	Eram inteligentes e amáveis
O acusado pode escolher seu defensor	Você pode escolher seu defensor

Não é imprescindível colocar o sujeito de forma explícita em todas as orações. Além do mais isso se torna quase uma reiteração, pois o sujeito se pode deduzir da forma verbal que usamos. Para quem necessita economizar palavras, esta é uma fórmula ideal que nem sequer exige pensar em substitutos do masculino ou buscar genéricos. É uma fórmula “para não complicar a vida” e é muito fácil.

Em lugar de	Valer-se de
Eles querem garantir a equidade.	Queremos garantir a equidade
Eles buscavam melhores condições	Buscavam melhores condições
Ele disse que viria mais tarde	Disse que viria mais tarde
Eles pensavam que tudo ia dar certo	Pensavam que tudo ia dar certo
Eles ganharão o partido	Ganharão o partido

Não é fácil?

Sintaticamente existe o recurso das orações passivas reflexivas. Não é um recurso tão fácil como o anterior, mas se pensamos em coletivos como grupo, pode-se ter um resultado útil. Até mesmo para desmistificar algumas imagens e recuperar o protagonismo das mesmas, dando uma ideia mais democrática e plural ao mesmo tempo.

Não é muito democrático dizer	Seria correto dizer
Os deputados estão buscando soluções	O Congresso está buscando soluções

Os integrantes da mesa da direção decidirão	Será decidido na mesa da direção
Os diretores do setor debaterão o tema	O tema será debatido na direção do setor
Os membros do partido darão alternativas	Serão dadas alternativas pelo partido

Ainda temos algumas questões para revisar, mas vamos deixá-las para o capítulo seguinte porque têm muito que ver com a Administração do Estado, com a estrutura de Governo e o que se fomenta desde esse lugar privilegiado.

A linguagem administrativa

7



“Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.”

“A gente ataca os discursos androcêntricos e sexistas fundamentalmente quando há consciência de sua existência e desenvolvendo outros discursos e formas de representação alternativas que as pessoas possam, com o tempo, incorporar a seu próprio método de entender a realidade” **(Camerón, citada por Mercedes Bengoechea)**

O exemplo das autoridades

Em muitas ocasiões o discurso que chega à população por parte das pessoas que atuam como autoridades ou representantes da sociedade, uma vez que são as que trabalham para um governo eleito democraticamente, está construído a partir de um sujeito gramatical: o masculino.

No discurso de muitos servidores e servidoras, as mulheres só existem na medida em que têm alguma relação com os homens, pois unicamente ao seu lado podem chegar a ser “alguém”. Uma vez que esse discurso é errôneo por sua falta de equidade e da subordinação que submete as mulheres, é necessário eliminá-lo.

Como afirma Luce Irigaray:

“As mulheres raramente designam a si mesmas e a outras mulheres como sujeitas do discurso. Quando uma mulher é sujeita de uma frase, raramente se dirige a ela mesma ou a outra mulher, mas quase sempre ao homem. Os homens designam a si mesmos ou a outros homens como sujeitos da frase. Os homens falam, dirigem-se a eles mesmos e a outros homens”.

Existe uma séria dificuldade para romper esse círculo vicioso, pois se os homens falam a partir deles e para eles mesmos e as mulheres nunca se autoneameiam: quem nomeará a realidade de que elas formam parte? Quem terá peso suficiente para influir na maneira de falar da sociedade se o poder público, que atua como autoridade, define, nega ou confirma, fala insistentemente e reiteradamente com uma linguagem que utiliza sempre o referente masculino como presença, onipotência e única representação possível da vida?

A mensagem, que é transmitida pela Administração e as instâncias de governo, atingem a muitas pessoas, e é um exemplo do que se pode dizer ou não, e do que se deve fazer ou não.

Por isso, é importante a postura que as servidoras e os servidores assumam a esse respeito. Nas pessoas que ocupam altos cargos está, em grande parte, a responsabilidade de fomentar uma cultura que não foi ensinada nas escolas e que, a partir de encaminhamentos de diferentes programas desenvolvidos pelas secretarias, pode ser impulsado com certa eficácia. Pelo menos no que diz respeito à elaboração de documentos, convocatórias, circulares, editais e comunicados que têm uma ampla difusão.

Não obstante, se quem dirige ou preside uma instituição não dá o exemplo, se as poucas secretárias e diretoras elaboram discursos onde o sujeito é masculino: “os que trabalhamos nesta instituição”; “o que todos perseguimos”; ou “o que conseguimos entre todos”, se o referente, o sujeito principal, o protagonista está em função do homem, do governo (dirigido por um homem) como fazer que a política de equidade que se quer desenvolver se consolide também por meio das palavras? A incoerência na atuação funciona de maneira automática contra o que dizemos, se aquilo que dizemos não tem uma conexão clara e uma correspondência adequada com a linguagem que utilizamos.

Quando uma diretora diz: **Todos nós queremos eliminar a discriminação contra as mulheres**, não está falando dela, nem da instituição, mas sim de uma equipe, onde os homens querem ou permitem fazer certas coisas e desenvolver certos programas.

Quando uma secretária ou presidenta diz: **Eu quero que esta instituição seja um exemplo de equidade**, a imagem formada pelas pessoas é diferente.

Não é a mesma coisa, mas surte o mesmo efeito discriminatório que uma mulher ou homem fale em masculino. O correto é que as mulheres falem em feminino para referir-se a elas mesmas ou que, pelo menos, não usem o masculino.

Uma diretora dizer: **Fizemos um grande esforço para alcançar a equidade no trabalho** não é a mesma coisa que dizer: **Aqui foi feito um grande esforço para alcançar a equidade no trabalho**.

Com o fato de atribuir a terceiros, perde-se a pessoa que está fazendo esse esforço. Quem foi? Quem está definindo os instrumentos? Quem dirige essa instituição? É a mesma coisa a direção estar a cargo de um homem ou de uma mulher? É isso que queremos transmitir? Ou se trata de comunicar às pessoas que o fato de uma mulher dirigir essa instância é o que menos importa?

Esse tema merece reflexão, pois existem diversas zombarias, piadas e depreciações da proposta sobre a linguagem não sexista. Há quem se dedique a fazer brincadeiras como: “Os empregados e as empregadas, baianos e baianas, estão insatisfeitos e insatisfeitas, por serem convidados e convidadas, e inclusive obrigados e obrigadas, a declarar-se católicos e católicas”¹⁴. Ou alguma autoridade que, querendo ser engraçado ou parecer feminista, ao fazer seu discurso diz que vai falar em feminino e fala de si mesmo como se fosse mulher. Evidentemente, quando o Senhor Presidente se refere a si mesmo dizendo “eu estou surpreendida” o que produz são risos e um desprezo pelo tema que não corresponde de maneira alguma com o respeito às pessoas, sua diferença e seus direitos.

Talvez seja por falta de informação, mas o que se pretende ao promover um **uso não sexista da linguagem**, não é que se inverta o uso do masculino pelo feminino. Nenhuma feminista é tão desrespeitosa dela mesma e das demais pessoas, nem tão incoerente como para pedir que se imponha aos homens a invisibilidade, a desvalorização ou a discriminação que as mulheres têm sofrido. Trata-se simplesmente de promover uma linguagem adequada à realidade sem negar qualquer pessoa.

Nós, que elaboramos este material, pensamos que todas as instâncias de Governo, desde os Ministérios, Secretarias e até a menor divisão pública, têm a obrigação de eliminar as diferentes formas de discriminação contra as mulheres e o uso da linguagem sexista é uma delas. Por isso, oferecemos algumas alternativas que podem ser implantadas em seus respectivos documentos.

14 Adaptação de uma frase do artigo de Olga Castro Vázquez. Ver bibliografia.

Documentos Abertos

- Se não sabemos a quem se dirige, temos as seguintes opções:
 - À Chefia do serviço
 - À Direção do serviço
 - À Assessoria do Departamento
 - À Secretaria do Tribunal
 - À Coordenação
- Se soubermos a quem nos dirigimos é muito mais fácil. Porque nesse caso não há nenhum problema em dirigir-se à Coordenadora da Área, Denise Santos.
- Tratando-se de uma mulher o cargo sempre deve ser colocado no feminino.
- A mesma forma deve ser utilizada por quem assina o documento. É incorreto assinar: Vitória Alves, Chefe de Gabinete (parece que estamos assinando em nome de outro porque está ausente). Seria melhor assinar Vitória Alves, Chefa de Gabinete.

Documentos para Pessoas Usuárias de um Serviço

Nesses casos temos diferentes possibilidades, conforme de quem se trate.

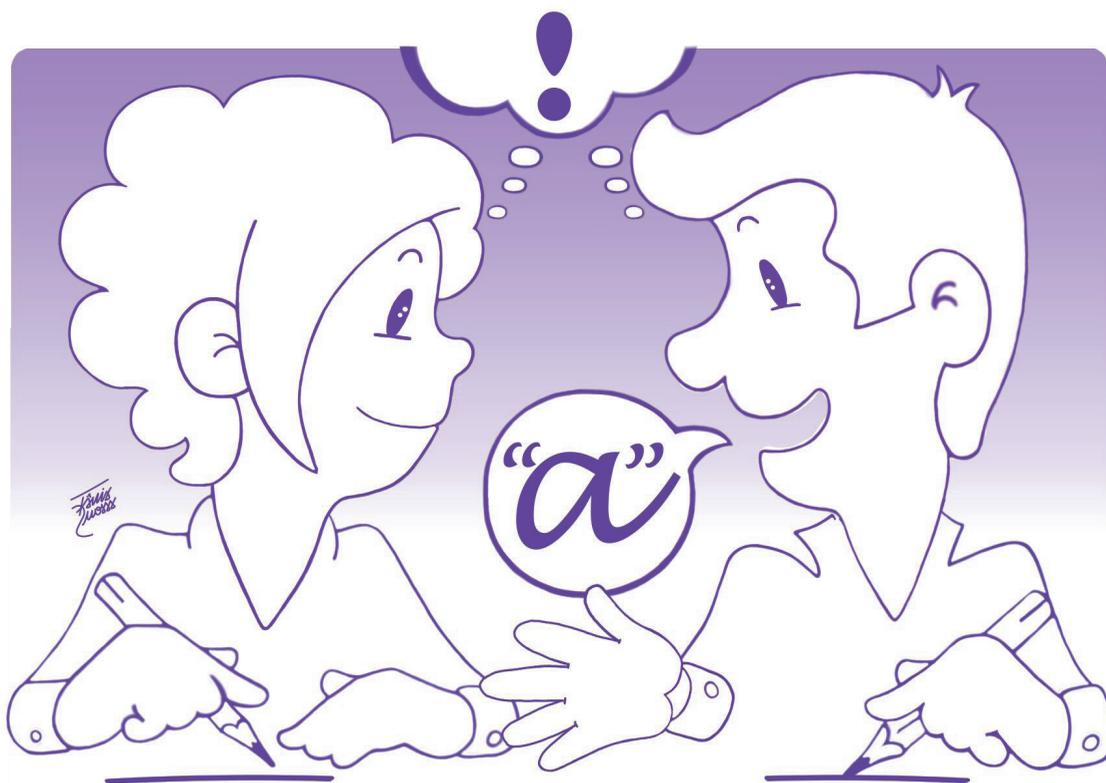
Não utilizar	Utilizar	Ou ainda
O Solicitante	Solicitante	Assinatura de quem solicita
O abaixo assinado	Assina	Assinatura de quem assina ou subscreve
O comparecente	Comparece	Assinatura de quem comparece
O Denunciante	Denuncia	Assinatura de quem denuncia: Senhora ou Senhor

Quando é uma mulher que ocupa o cargo ou função, este deverá ir no feminino. E o tratamento deverá ser do mesmo nível que se lhe daria se fosse homem.

Se um Chefe de Departamento é tratado como Senhor, uma Chefa de Seção será tratada como Senhora.

Documentos para praticar o que aprendemos

8



Poucas palavras bastam,
se forem as adequadas!

Este último capítulo converte-se na parte prática do manual, uma vez que nele analisam-se documentos específicos utilizados na administração pública, nos meios de comunicação escritos e outros documentos. Trata-se de ver algumas das palavras ou termos que mais aparecem nesses textos e contribuir com alternativas para ir mudando algumas práticas.

Em nenhum caso pretendemos citar qualquer pessoa ou instituição. Sabemos que falar no masculino, invisibilizando ou desvalorizando as mulheres é algo aprendido e que a maioria de nós o reproduz de maneira inconsciente.

Também sabemos que muita gente está disposta a mudar esse tipo de linguagem na sua prática cotidiana. Por isso fizemos este manual, para oferecer ferramentas para que essas pessoas materializem seu desejo de utilizar uma linguagem mais equitativa ou inclusiva.

Assim, foram retirados os nomes de quem escreveu os documentos, em geral, e os das instituições substituindo-os por “xxxx” ou “yyyy” ou algum símbolo. Só em alguns casos em que quem escreve faz menção de alguma pessoa, mas essa não é a autora do documento, foram deixados os nomes, já que nesses casos servem como exemplo do que se argumentou ou refletem com clareza o que se quer dizer.

Os nomes que aparecem seguidos de xxxx ou sobrenomes são inventados e não correspondem a nenhuma pessoa concreta.

Haveria outros documentos que poderiam ser incluídos neste manual, mas não foi possível por falta de espaço. Na maioria deles aparecem exemplos de tudo o que estivemos falando.

Vamos adaptar uma metodologia desenvolvida por Eulàlia Lledó (2008)¹⁵ que coloca de forma ilustrativa o que queremos mudar e as alternativas para fazer a mudança no texto. Para tal, em algumas ocasiões, utilizaremos duas colunas, à esquerda com o texto original e, ao seu lado e à direita, o texto livre de expressões sexistas e androcêntricas. Vamos destacar em **marrom** as expressões que contemplam somente a presença masculina e, em **azul**, as que contemplam as presenças feminina e masculina já no texto original, para que se possam visualizar as fórmulas positivas que não subordinam as mulheres. Vamos colocar em **lilás** todas as mudanças que propomos em relação ao texto original. E, sempre que houver uma emenda, para fazê-la mais visível ainda, além da mudança de cores da palavra ou palavras, na margem, haverá um sinal indicativo (●●●).

15 Estudiosa catalã com um significativo número de publicações sobre esta temática. Ver sua página, onde se encontra uma grande diversidade de estudos, guias, materiais educativos, artigos, publicações: <http://www.mujeerpalabra.net/pensamiento/lenguaje/euliallledocunill.htm>.

DOCUMENTO 01

LEI Nº XXX DE XX/XX/20XX.

- Dispõe sobre a contratação, em caráter
- emergencial, de **servidores** para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Superintendência dos Serviços XXX.

(...)

- Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial e por tempo determinado, nos termos do inciso IV do art. 19 da Constituição do Estado, profissionais para exercerem funções na área técnica do tratamento penal na Superintendência dos
- Serviços XXX–, sendo quinze **médicos**, nas seguintes especializações:

Especialidade	Quantidade
Clínico-Geral	07
Ginecologista	02
Traumatologista	01
Infectologista	02
Pneumologista	02
Dermatologista	01
Total	15

(...)

- § 2.º As contratações de que trata esta Lei terão vigência de um ano, prorrogáveis por igual período, a contar da data de
- admissão **do contratado**, extinguindo-se à medida que forem sendo efetuadas as
 - nomeações de **servidores** para as mesmas especialidades, decorrentes de aprovação em concurso público específico para provimento dos cargos correspondentes.

(...)

- Art. 4.º A seleção e a classificação **dos**

ALTERNATIVA AO DOCUMENTO 01

LEI Nº XXX DE XX/XX/20XX.

- Dispõe sobre a contratação, em caráter emergencial, de **servidores e servidoras** para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Superintendência dos Serviços XXX.

(...)

- Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial e por tempo determinado, nos termos do inciso IV do art. 19 da Constituição do Estado, quinze
- **profissionais da medicina** para exercerem
 - funções na área técnica do tratamento penal na Superintendência dos Serviços XXX–nas seguintes especializações:

Especialidade	Quantidade
Clínica-Geral	07
Ginecologia	02
Traumatologia	01
Infectologia	02
Pneumologia	02
Dermatologia	01
Total	15

(...)

- § 2.º As contratações de que trata esta Lei terão vigência de um ano, prorrogáveis por igual período, a contar da data de admissão
- **da pessoa contratada**, extinguindo-se à medida que forem sendo efetuadas as nomeações
 - de **servidores e servidoras** para as mesmas especialidades, decorrentes de aprovação em concurso público específico para provimento dos cargos correspondentes.

(...)

- Art. 4.º A seleção e a classificação **das**

- **candidatos** serão realizadas conforme critérios previstos no edital, por uma comissão constituída por ato **do Secretário** de Estado XXX, composta **pelos seguintes representantes**:

- I - **um** da Secretaria da Segurança Pública;
- II - **dois** da área de Recursos Humanos da XXX; e
- III - quatro do Departamento de Tratamento XXX.

Art. 5.º No prazo de trinta dias, contados após a contratação, o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado os seguintes dados:

- I - nome **do servidor**;
- II - função para a qual foi **contratado**;
- III - órgão e setor de lotação; e
- IV - local onde exerce as atividades.

Art. 6.º As contratações de que trata esta Lei serão regidas, no que couber, pelo Regime Jurídico Estatutário, devendo **os contratados** perceberem remuneração equivalente a da classe

- inicial do cargo do **Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos** do Estado, instituído pela Lei n.º 8.186, de 17 de outubro de 1986, para uma carga horária semanal de quarenta horas.

- Art. 7.º Havendo desistência de **candidato selecionado**, será **contratado** em seu lugar **o candidato** cuja classificação tiver sido imediatamente inferior a do desistente.

(...)

Registre-se e publique-se.

- **candidaturas** serão realizadas conforme critérios previstos no edital, por uma comissão constituída por ato da **Secretaria** de Estado XXX, composta **pela seguinte representação**:

- I - **uma** da Secretaria da Segurança Pública;
- II - **duas** da área de Recursos Humanos da XXX; e
- III - quatro do Departamento de Tratamento XXX.

Art. 5.º No prazo de trinta dias, contados após a contratação, o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado os seguintes dados:

- I - nome **da pessoa contratada**;
- II - função para a qual foi **contratada**;
- III - órgão e setor de lotação; e
- IV - local onde exerce as atividades.

Art. 6.º As contratações de que trata esta Lei serão regidas, no que couber, pelo Regime Jurídico Estatutário, devendo **o** perceber remuneração equivalente a da classe inicial do cargo

- do **Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos** do Estado, instituído pela Lei n.º 8.186, de 17 de outubro de 1986, para uma carga horária semanal de quarenta horas.

- Art. 7.º Havendo desistência de **alguma candidatura selecionada**, será contratada em seu lugar, **a seguinte** na classificação imediatamente inferior a **da** desistente.

(...)

Registre-se e publique-se.

DOCUMENTO 02

OF.CC/XX

Porto Alegre, ...

Senhora Secretária de Estado:

- Ao **cumprimentá-lo**, dirijo-me a Vossa Excelência, de ordem do Governador do Estado, a fim de solicitar a indicação de **um representante** titular e de **um suplente**, dessa Pasta, para integrar o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº XXX, de XX/XX/XXXX, que tem como finalidade organizar as comemorações dos 150 anos da XXXXXXXX no Estado do Rio Grande Sul.

Respeitosamente,

Secretário...

Excelentíssima Senhora XXXXX,
Digníssima Secretária de Estado XXXX,
NESTA CAPITAL.

ALTERNATIVA AO DOCUMENTO 02

OF.CC/XX

Porto Alegre, ...

Senhora Secretária de Estado:

- Ao **cumprimentá-la**, dirijo-me a Vossa Excelência, de ordem do Governador do Estado, a fim de solicitar a indicação de **uma representante** titular e **respectiva suplência**, para integrar o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº XXX, de XX/XX/XXXX, que tem como finalidade organizar as comemorações dos 150 anos da XXXXXXXX no Estado do Rio Grande Sul.

Respeitosamente,

Secretário...

Excelentíssima Senhora XXXXX,
Digníssima Secretária de Estado XXXX,
NESTA CAPITAL.

DOCUMENTO 03

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no Expediente nº 1234, e em conformidade com o (...), nomeia,

- pelo período de um ano, **os membros julgadores**,
- **dores**, titulares e suplentes das Subseções da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, a contar de 1º de setembro de
- 2012, **os abaixo relacionados**:

SUBSEÇÃO I:

Titular	Suplente	Representação
Marcelo...	Maria...	DETRAN
Luiz...	Marcos...	BM
Ana...	Izabel...	AGM

SUBSEÇÃO II:

Titular	Suplente	Representação
Graciela...	Regina...	DETRAN
Sandra...	Jucelia...	BM
Silvana...	Marlene...	FAMURS

Registre-se e publique-se.

ALTERNATIVA AO DOCUMENTO 03

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no Expediente nº 1234, e em conformidade com (...), nomeia,

- pelo período de um ano, **as pessoas que irão julgar os recursos**,
- titulares e suplentes das Subseções da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, a contar de 1º de setembro de 2012, **conforme segue (ou Ø)**:

SUBSEÇÃO I:

Titular	Suplente	Representação
Marcelo...	Maria...	DETRAN
Luiz...	Marcos...	BM
Ana...	Izabel...	AGM

SUBSEÇÃO II:

Titular	Suplente	Representação
Graciela...	Regina...	DETRAN
Sandra...	Jucelia...	BM
Silvana...	Marlene...	FAMURS

Registre-se e publique-se.

DOCUMENTO 04

OF. CIRC. DCOI N° XX

Brasília, 18 de junho de 2012.

- **Aos Reitores** das Universidades Federais

- Magnífico (a) Reitor (a):

- Ao cumprimentá-lo (a), encaminho a Vossa Magnificência, para divulgação, os folderes e cartazes do 8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

Instituído em 2005, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ONU Mulheres.

O Prêmio tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres, contemplando suas intercessões com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

- O Prêmio é atribuído às seguintes categorias: **Mestre** e Estudante de Doutorado; **Gradua-**
- **do**, Especialista e Estudante de Mestrado; Estudante de Graduação; Estudante do Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

Além da premiação em dinheiro e computadores concedidos pelos promotores do Prêmio, o

- CNPq concederá, ainda, **às (aos)** agraciadas **(os)** bolsas de Iniciação Científica **Júnior**, Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, no valor global de R\$ 250 mil. A data limite para envio das redações, artigos científicos e projetos pedagógicos é 17 de setembro de 2012, pelo website: www.igualdadedegenero.cnpq.br.

Agradeço sua colaboração na divulgação deste importante Prêmio e coloco a equipe do Serviço de Prêmios à disposição para quaisquer informações que se façam necessárias pelo e-mail: pgenero@cnpq.br.

Respeitosamente,
XXXX

ALTERNATIVA AO DOCUMENTO 04

- A redação poderia começar com **Magníficas Reitoras e Magníficos Reitores**, para fazer visível a representação das mulheres neste cargo, que atualmente é pouco mais de 10% no Brasil. A respeito dos parênteses é bom lembrar que, numa sentença, tem a função de inserir uma

- unidade verbal que interrompe o fluxo da frase, portanto, não convém usá-lo. Caso a ideia seja
- abreviar, recomenda-se o uso da barra: **ao cumprimentá-la/lo, às/aos agraciadas/os**. Ainda que em ambos os casos, estas expressões poderiam ser dispensadas.
 - O Prêmio é atribuído a cinco categorias: **candidatas e candidatos com Mestrado** ou es-
 - tudante de Doutorado; **com Graduação, Especialização** ou estudante de Mestrado; estudante de Graduação; estudante do Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero.
- As Bolsas de Iniciação Científica são fundamentais para o avanço da Igualdade no ambiente da pesquisa, ampliadas aos e às estudantes de ensino médio torna a iniciativa mais louvável.
- Lamentavelmente, quando escutamos ou lemos **Júnior**, a imagem que temos consolidada é a de um menino ou um jovem.
- Nesta circular foi demonstrada a vontade de não discriminar, mas a presença das mulheres e dos homens, no seu discurso, não está equilibrada, apesar do tema e das organizações promotoras. Uns poucos ajustes e pronto!

DOCUMENTO 05

CONVITE

O GT de Gastronomia Regional tem a honra de convidar para o lançamento do **Programa de Capacitação em Gastronomia Regional e Serviços para a Copa de 2014**. Constituído por três eixos, o plano de ação do Programa se organiza da seguinte forma:

- Eixo 1:** Visa a qualificação de profissionais em **gastronomia regional e serviços via PRONATEC**, com mais de 8.000 vagas pactuadas em 81 município do Estado, estendendo essa qualificação também para internos da FASE, mulheres em situação de prisão das maiores Penitenciárias Femininas do RS, **membros** de Centros de Tradições Gaúchas e Territórios de Paz. Todos os cursos oferecidos no Rio Grande do Sul nessa área contarão com 40 horas, incluindo temática voltada para a cultura, a história, a produção agropecuária do estado, que será disponibilizado em um livro didático, distribuído **a todos os alunos**, servindo de orientação **aos monitores** em todo o estado.
- Eixo 2: Capacitação de Empreendimentos** (bares, restaurantes e similares) pretende
- formar 2.500 **gestores** de empreendimentos da área de Alimentação e Bebidas em 40 municípios do Rio Grande do Sul, destacando a importância da gastronomia regional e produtos, auxiliando-os no aperfeiçoamento e na prática de bem receber clientes dentro dos padrões internacionais de manipulação de alimentos e hospitalidade. Os empreendimentos capacitados farão parte de um aplicativo, de um guia e de um selo denominado “Gastronomia Gaúcha”, além de ter acesso a uma linha de crédito exclusiva – RS mais Gastronomia – para a adaptação ou reformulação de seu espaço e equipamentos.
- Eixo 3: Comida de Rua** pretende qualificar cerca de 800 ambulantes da área de alimenta-

- ção, através de curso de 20 horas, em noções básicas de boas práticas e manipulação de alimentos, além de apresentar tópicos sobre gastronomia e turismo regional, hospitalidade e gestão de negócios. **Aos** participantes do curso será disponibilizado o acesso a uma linha de crédito para melhorias no seu empreendimento.

- Convidamos vossa senhoria para a Aula Inaugural do Programa, seguida de almoço. A cerimônia contará com a presença do Sr. Governador e do Comitê Gestor do Programa – Casa Civil/
- GT de Gastronomia Regional, Comitê Gestor da Copa de 2014, Gabinete **dos Prefeitos**, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Farroupilha (IFF), Pacto Gaúcho pela Educação, Secretaria da Economia Solidária de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul (SETUR), SENAC, SENAI, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

Data: 12 de abril de 2013.

Local: Centro de Eventos – Casa do Gaúcho

Horário: 11h

ALTERNATIVAS AO DOCUMENTO 05

● membros	integrantes ou componentes	●
● todos os alunos	todo o alunado todos os alunos e alunas	● ●
● aos monitores	aos monitores e às monitoras	●
● gestores	gestoras e gestores	●
● Aos participantes do curso será disponibilizado o acesso a uma linha de crédito	Será disponibilizado o acesso a uma linha de crédito para quem participar do curso	●
● Gabinete dos Prefeitos	Gabinete dos Prefeitos e das Prefeitas Gabinete das Prefeituras	● ●

DOCUMENTO 06

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DOS EMPREGOS PERMANENTES DA UERGS

- I - CORPO **DE PROFESSORES**

- EMPREGO **PROFESSOR**

Descrição Sumária

Preparar e ministrar aulas de graduação, de pós-graduação “Lato Sensu” e “Stricto Sensu” em nível de Mestrado e de Doutorado, bem como coordenar cursos, linhas de pesquisa e extensão, em consonância com a titulação **do Professor**.

CLASSES VINCULADAS À TITULAÇÃO

- **PROFESSOR** AUXILIAR

Descrição Analítica

1. Preparar e ministrar aulas de graduação;
2. participar do planejamento e da organização dos conteúdos curriculares dos cursos em que atua;
3. orientar trabalhos de conclusão de cursos de graduação;
4. colaborar nas pesquisas na sua área de atuação;
5. acompanhar e supervisionar estágios curriculares;
6. desenvolver e coordenar programas de extensão;
7. colaborar com as demais atividades da área de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Formação mínima exigida: Curso Superior de Graduação.

- **PROFESSOR** ASSISTENTE

Descrição Analítica

1. Preparar e ministrar aulas de graduação e pós-graduação “Lato Sensu” e “Stricto Sensu” em nível de Mestrado;
2. realizar todas as atribuições da classe de **Professor** Auxiliar;
3. orientar trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação “Lato Sensu”;
4. desenvolver pesquisas na sua área de atuação;
5. participar em banca de concurso público da UERGS para seleção de **Professores**;
6. exercer funções de **Coordenador** de Curso de Graduação, de **Coordenador** de Programa de Pós-Graduação e/ou de **Coordenador Adjunto** de Área.

Formação mínima exigida: Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em nível de Mestrado.

- **PROFESSOR ADJUNTO**

Descrição Analítica

1. Preparar e ministrar aulas de graduação e pós-graduação “Lato Sensu” e “Stricto Sensu” em nível de Mestrado e Doutorado;
 2. realizar todas as atribuições da classe de **Professor** Assistente;
 3. orientar trabalhos de pós graduação “Stricto Sensu”;
 4. desenvolver e coordenar pesquisas na sua área de atuação;
 5. participar em banca de concurso público da UERGS para seleção de **Professores**;
 6. exercer funções de **Coordenador** de Curso de Graduação e/ou de **Coordenador** de Programa de Pós-Graduação.
- Formação mínima exigida: Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em nível de Doutorado.

- **PROFESSOR TITULAR**

Descrição Analítica

1. Preparar e ministrar aulas de graduação e pós-graduação “Lato Sensu” e “Stricto Sensu” em nível de Mestrado e Doutorado; coordenar linhas de pesquisa;
 2. realizar todas as atribuições da classe de **Professor** Adjunto;
 3. coordenar pesquisa e desenvolvimento acadêmico de grupos de produção de conhecimento;
 4. participar em banca de concurso público da UERGS para seleção de **Professores**;
 5. exercer funções de **Coordenador** de Curso de Graduação e/ou de **Coordenador** de Programa de Pós-Graduação.
- Formação mínima exigida: Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em nível de Doutorado.

- **Comentário:** Na descrição dos cargos de professora e/ou professor, da lei n. 13.968/2012, que institui o plano de empregos, funções e salários, etc. da UERGS, pode-se observar que todas as atividades a serem desenvolvidas independem do sexo. Como já sabemos que o sexo não é neutro, vamos visibilizar as professoras que apesar de compor a maioria em todos os segmentos, não o é nas direções das mesmas. Esta é outra mudança a perseguir.

ALTERNATIVA AO DOCUMENTO 06

● CORPO DE PROFESSORES	CORPO DE PROFESSORAS E PROFESSORES ● ou CORPO DOCENTE ●
● EMPREGO PROFESSOR	EMPREGO PROFESSOR OU PROFESSORA ●
● em consonância com a titulação com a ● titulação do Professor	em consonância com a titulação com sua titulação ◊ ●
● PROFESSOR ASSISTENTE	PROFESSOR OU PROFESSORA ASSISTENTE ●
● da classe de Professor Auxiliar	da classe de Professor ou Professora Auxiliar ● ou da classe de ◊ Auxiliar ●

● para seleção de Professores	para seleção do Professorado, do Corpo Docente ou de Professoras e Professores	●
● exercer funções de Coordenador de Curso	exercer funções de Coordenação de Curso de	●
● de Graduação, de Coordenador de Programa de Pós-Graduação e/ou de Coordenador Adjunto de Área	Graduação, Ø de Programa de Pós-Graduação e/ou de Coordenação Adjunta de Área	●
● PROFESSOR ADJUNTO	PROFESSOR OU PROFESSORA ADJUNTA	●
● PROFESSOR TITULAR	PROFESSORA OU PROFESSOR TITULAR	●
● PROFESSOR AUXILIAR	PROFESSOR OU PROFESSORA AUXILIAR	●

DOCUMENTO 07

SITUAÇÃO:	Publicada - 00/00/2000 0 - Matrícula Genérica
Tipo de matéria:	Portaria
Assunto:	Portaria
Tipo de assunto:	Comissão de Sindicância
Órgão de elaboração:	SARH
Unidade de elaboração:	Departamento Administrativo
Órgão de conclusão:	SARH
Unidade de conclusão:	Departamento Administrativo
Órgão de assinatura:	SARH
Unidade de assinatura:	Departamento Administrativo
Órgão de liberação:	SARH
● Unidade de liberação:	Gabinete da Secretária
Fundamentação da competência:	
Nome Matéria:	Portaria nº 12/2013
Expediente:	399-2400/13-3
Texto da matéria:	A Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, DESIGNA Mariana Santa, I.D. 00000000/01; Maria Santa, I.D. 00000000/01 e Joana Santa, I.D. 00000000/01, lotados nesta Secretaria, para sob a presidência do primeiro integrarem a Comissão de Sindicância que irá apurar os fatos apontados no processo nº 1111-01.01/11.1
●	
●	
Data Publicação:	11/11/2111
Nro página DOE:	0

Comentário: Não é estranho que sendo a Secretária e as servidoras do sexo feminino (desculpem a redundância) não sejam nomeadas devidamente? A concordância pede e o descuido com elas permite este erro. Seguramente isto não irá repetir-se.

DOCUMENTO 08

Exemplos do Portal do Estado do Rio Grande do Sul	Alternativas
<ul style="list-style-type: none"> ● O material didático foi desenvolvido e elaborado por técnicos da Fundação YYY 	<ul style="list-style-type: none"> ● O material didático foi desenvolvido e elaborado por especialistas da Fundação YYY
<ul style="list-style-type: none"> ● Sete escolas da região serão reformadas durante as férias dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Sete escolas da região serão reformadas durante as férias do alunado. ● Sete escolas da região serão reformadas durante as férias Ø.
<ul style="list-style-type: none"> ● Tudo isso para facilitar a vida dos veranistas que frequentam as praias dos litorais Norte e Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Tudo isso para facilitar a vida de quem frequenta as praias dos litorais Norte e Sul.
<ul style="list-style-type: none"> ● Rede Escola de Governo encerra ano com 10 mil servidores e agentes sociais beneficiados. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Rede Escola de Governo encerra ano com 10 mil agentes sociais, servidoras e servidores beneficiados.
<ul style="list-style-type: none"> ● O seminário Todos pela Saúde, voltado aos prefeitos eleitos em 2012. 	<ul style="list-style-type: none"> ● O seminário Todos pela Saúde, voltado às prefeituras eleitas em 2012.
<ul style="list-style-type: none"> ● Foram convidados os eleitos e reeleitos em todos os municípios gaúchos, sendo que, aproximadamente 200 estiveram presentes ou representados. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Aproximadamente 200 municípios gaúchos estiveram presentes ou representados, sendo que, o convite foi para todas as prefeituras eleitas ou reeleitas.
<ul style="list-style-type: none"> ● Um dos temas de destaque nas apresentações dos diretores da SES foi a Atenção Básica, que é o atendimento mais próximo do cidadão, por meio das Unidades Básicas de Saúde ou equipes da Estratégia de Saúde da Família. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Um dos temas de destaque nas apresentações da direção da SES foi a Atenção Básica, que é o atendimento mais próximo da cidadania, por meio das Unidades Básicas de Saúde ou equipes da Estratégia de Saúde da Família.

<ul style="list-style-type: none"> ● Esta é uma luta antiga do trabalhador ● brasileiro, de todos aqueles que querem uma sociedade mais justa e igual. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Esta é uma luta antiga do trabalhador e da trabalhadora brasileira, de quem quer uma sociedade mais justa e igual.
<ul style="list-style-type: none"> ● Na oportunidade, os próprios autores das propostas vencedoras explicarão suas ideias ao governador. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Na oportunidade, as autoras e os autores das propostas vencedoras explicarão suas ideias ao governador.
<ul style="list-style-type: none"> ● Segundo os organizadores e participantes, a atividade contribui para que as pessoas reflitam sobre o transplante de órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Tanto a organização como quem participou coincide em que a atividade contribui para a reflexão sobre o transplante de órgãos.
<ul style="list-style-type: none"> ● Um Conselho dos gaúchos: mais de 130 propostas de conselheiros que foram transformadas em políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Um Conselho das gaúchas e dos gaúchos: mais de 130 propostas das e dos conselheiros que foram transformadas em políticas públicas.
<ul style="list-style-type: none"> ● O governador, ao saudar os novos procuradores e seus familiares, enfatizou que os procuradores são o cerne da relação pública do Estado com a cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> ● O governador saudou os procuradores e as procuradoras, suas famílias, e enfatizou que a procuradoria é o cerne da relação pública do Estado com a cidadania.
<ul style="list-style-type: none"> ● Biólogos do Laboratório XXXX realizam ações de prevenção contra a dengue. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Biólogas e biólogos do Laboratório XXXX realizam ações de prevenção contra a dengue.
<ul style="list-style-type: none"> ● Será fornecido certificado ao participante que obtiver frequência mínima de 75%. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Será fornecido certificado para quem obtiver frequência mínima de 75%.
<ul style="list-style-type: none"> ● Informamos, ainda, que somos sabedores das exigências do DAER/RS para a circulação de ... 	<ul style="list-style-type: none"> ● Informamos, ainda, que estamos cientes das exigências do DAER/RS para a circulação de ...

<ul style="list-style-type: none"> ● Serviços ao cidadão ● Direitos do Cidadão ● * Cadastro de Usuários Voluntários ● * Código de Defesa do Consumidor * Cuidados na Hora da Compra ● * Direitos do Consumidor ● * Direitos do Consumidor - Planos de Saúde ● * Mesário Voluntário - Inscrição ● * Portal do Consumidor ● * Voluntários da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul 	<ul style="list-style-type: none"> ● Serviços para a cidadania gaúcha ● Direitos da cidadania ● * Cadastro de Voluntariado ● * Código de Defesa do Consumidor e da Consumidora * Cuidados na Hora da Compra ● * Direitos do Consumidor e da Consumidora ● * Direitos do Consumidor e da Consumidora - Planos de Saúde ● * Voluntariado para mesa de seção eleitoral - Inscrição ● * Portal do Consumidor e da Consumidora ● * Voluntariado da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul
<p>Bloqueio de Ligações de Telemarketing - Solicitação</p> <p>O que é?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Neste serviço você pode solicitar o bloqueio de ligações de telemarketing. O serviço é válido para números de telefones fixo ou móvel do Estado do Rio Grande do Sul, que estiverem no nome do solicitante. 	<p>Bloqueio de Ligações de Telemarketing - Solicitação</p> <p>O que é?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Neste serviço você pode solicitar o bloqueio de ligações de telemarketing. O serviço é válido para números de telefones fixo ou móvel do Estado do Rio Grande do Sul, que estiverem no nome de quem solicita.

● **Comunidade escolar elege os novos diretores da rede estadual nesta quinta-feira**

As mais de 2.500 escolas da Rede Pública Estadual elegeem, durante esta quinta-feira

- (22), **seus novos gestores** para os próximos
- três anos. Entre às 8h e 21h, **professores,**
- **funcionários, pais e alunos,** devem participar do processo de indicação de diretores e vices, através das chapas inscritas que apresentaram seus planos de gestão para a comunidade de cada escola.

...

Já nas escolas onde não houver quórum

- mínimo, 30% de votantes do segmento **pais**
- **e alunos** e 50% de votantes do segmento professores e servidores, a escola deve realizar nova eleição em até oito dias. Nos estabelecimentos em que não houver chapas inscritas, cabe à Coordenadoria Regional de
- Educação (CRE) indicar **o diretor**. O critério
- utilizado é **o professor ou servidor mais**
- **titulado**.

...

Todos os segmentos da comunidade escolar

- têm direito a voto: alunos com mais de 12 anos; **pai e mãe ou responsável;**
- **professores e funcionários** não docentes.
- O voto terá peso proporcional de 50% para
- **pais e alunos** e 50% para **professores e**
- **funcionários**. O peso proporcional impede a
- existência de uma maioria a priori **de pais e**
- **alunos**. Além disso, **os escolhidos** deverão realizar curso de capacitação oferecido pela mantenedora, antes de tomar posse, bem
- como estarão **comprometidos** a participar de
- todas as capacitações previstas pela política de
- formação continuada para **gestores** da Seduc.

● **Comunidade escolar elege as novas diretorias da rede estadual nesta quinta-feira**

As mais de 2.500 escolas da Rede Pública Estadual elegeem, durante esta quinta-feira

- (22), **suas novas gestões** para os próximos
- três anos. Entre às 8h e 21h, **o professorado,**
- **o funcionalismo, famílias e estudantes,**
- devem participar do processo de indicação
- **da direção**, através das chapas inscritas que
- apresentaram seus planos de gestão para a
- comunidade de cada escola.

...

Já nas escolas onde não houver quórum

- mínimo, 30% de votantes do segmento **das**
- **famílias e estudantes**, e 50% de votantes
- do segmento **professorado, servidoras**
- **e servidores**, a escola deve realizar nova
- eleição em até oito dias. Nos estabelecimentos
- em que não houver chapas inscritas, cabe à
- Coordenadoria Regional de Educação (CRE)
- indicar **a direção**. O critério é a maior titulação
- de alguém do segmento **professorado ou**
- **servidoras e servidores**.

...

Todos os segmentos da comunidade escolar

- têm direito a voto: estudantes com mais
- de 12 anos; **pai e mãe ou responsável;**
- **professorado e funcionariado não docente**.
- O voto terá peso proporcional de 50% **para**
- **os dois segmentos**. O peso proporcional
- impede a existência de uma maioria. Além
- disso, **as novas direções eleitas** deverão
- realizar curso de capacitação oferecido pela
- mantenedora, antes de tomar posse, bem
- como **assumem o compromisso** de participar
- de todas as capacitações previstas pela política
- de formação continuada da Seduc.

<ul style="list-style-type: none"> ● Cadastro de Usuários Voluntários ● Exercite sua cidadania! Participe da avaliação do desempenho dos serviços públicos estaduais. O Cadastro de Usuários Voluntários, previsto no Código Estadual de Qualidade dos Serviços Públicos, de 1998 (Lei 11.075/98), permite que todo cidadão maior de idade dê a sua opinião sobre a qualidade dos serviços públicos... 	<ul style="list-style-type: none"> ● Cadastro de Usuários e Usuárias Voluntárias ● Exercite sua cidadania! Participe da avaliação do desempenho dos serviços públicos estaduais. Este cadastro, previsto no Código Estadual de Qualidade dos Serviços Públicos, de 1998 (Lei 11.075/98), permite que qualquer pessoa maior de idade dê a sua opinião sobre a qualidade dos serviços públicos...
--	---

<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos do Consumidor ● Neste serviço os cidadãos poderão obter informações sobre seus direitos enquanto consumidores de produtos/serviços em suas relações de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos do Consumidor e da consumidora ● Neste serviço, a consumidora e o consumidor, poderão obter informações sobre seus direitos em suas relações de consumo com produtos/serviços.
---	---

<p>Solicitação de Certidão Específica</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Solicite um extrato de informações particularizadas pelo requerente, constantes de atos arquivados. Neste tipo de certidão, o requerente deverá indicar expressamente o dado ou dados a serem certificados. Recebimento pela ECT ou no setor de protocolo da JUCERGS. 	<p>Solicitação de Certidão Específica</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Solicite seu extrato de informações particularizadas Ø, constantes de atos arquivados. Neste tipo de certidão, deverá ser indicado expressamente o dado ou dados a serem certificados. Recebimento pela ECT ou no setor de protocolo da JUCERGS.
--	--

Registro de perda, infração penal e localização.

- No portal da Delegacia online **você** registra ocorrências de perda, infração penal e localização de documento, telefone celular e objeto. Outras situações requerem registro presencial. Através das suas informações podemos encontrar **o criminoso** ou **quem cometeu o crime**.

<ul style="list-style-type: none">● Mesário Voluntário - Inscrição <p>Neste serviço pode ser feita a inscrição on-line</p> <ul style="list-style-type: none">● como mesário voluntário no Rio Grande do Sul. <p>Que requisitos devo cumprir?</p> <ul style="list-style-type: none">● Todo eleitor, maior de 18 anos, em situação regular perante a Justiça Eleitoral, poderá ser● mesário. <p>Quem NÃO pode ser mesário:</p> <ul style="list-style-type: none">● * Os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive,● o cônjuge;● * Os membros de diretórios de partido político, desde que exerçam função executiva;● * As autoridades e agentes policiais, bem como● os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo;● * Os que pertencerem ao serviço eleitoral;● * Os eleitores menores de dezoito anos. <p>Vantagens de ser mesário:</p> <ul style="list-style-type: none">● * Convívio social proporcionado pela atividade;● * dois (02) dias de folga para cada dia trabalhado como mesário;● * Vale-alimentação nos dia(s) de eleição.	<ul style="list-style-type: none">● Inscreva-se para as mesas eleitorais do seu município. <p>Neste serviço pode ser feita a inscrição on-line</p> <ul style="list-style-type: none">● como voluntário ou voluntária nas mesas de eleição no Rio Grande do Sul. <p>Que requisitos devo cumprir?</p> <ul style="list-style-type: none">● Ser eleitora ou eleitor, maior de 18 anos, em situação regular perante a Justiça Eleitoral. <p>Quem NÃO pode ser Ø:</p> <ul style="list-style-type: none">● * As candidatas, os candidatos, seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau Ø;● * Integrantes dos diretórios dos partidos políticos, desde que exerçam função executiva;● * As autoridades e agentes policiais, bem como● as pessoas que estejam desempenhando cargos de confiança do Executivo;● * Quem pertence ao serviço eleitoral;● * Eleitoras e eleitores menores de dezoito anos. <p>Vantagens de contribuir:</p> <ul style="list-style-type: none">● * Convívio social proporcionado pela atividade;● * Dois (02) dias de folga para cada dia trabalhado Ø;● * Vale-alimentação no(s) dia(s) de eleição.
--	--

Nota Fiscal Gaúcha

- O programa Nota Fiscal Gaúcha visa incentivar **os cidadãos** a solicitar a inclusão do seu CPF na emissão do documento fiscal, no ato de suas compras, e conscientizá-**los** a respeito da importância social do tributo. Por meio dele, **os cidadãos** concorrem a prêmios de até R\$ 1 milhão. O primeiro sorteio ocorre em 27 de março.
- Pelo programa, quando **o cidadão** se cadastra no site...

Nota Fiscal Gaúcha

- O programa Nota Fiscal Gaúcha visa incentivar **à cidadania** a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal, no ato de suas compras, e conscientizá-**la** a respeito da importância social do tributo. Por meio dele, **a cidadania** concorre a prêmios de até R\$ 1 milhão. O primeiro sorteio ocorre em 27 de março.
- Pelo programa, quando **a pessoa** se cadastra no site...

Carteira para Passagem Escolar (Estudantes e Professores)

- **Os** estudantes e **os professores** têm direito a 50% de desconto na compra de passagens de linhas urbanas. O desconto deve ser gerenciado por cada município, desta forma estudantes e **professores** devem procurar seus direitos junto às prefeituras, observando as leis municipais.

Quais documentos são necessários?

- * Cópia do contracheque (**professores**) comprovando não receber vale-transporte;
- * Cópia do CPF (**o** estudante menor de 18 anos que não possui o documento deverá fornecer cópia do CPF do **pai, mãe ou responsável legal**);
- * **Professores** devem fornecer cópia do diploma ou carteira do MEC como comprovação de sua função;

Carteira para Passagem Escolar (Estudantes e Docentes)

- **Os** estudantes e **docentes** têm direito a 50% de desconto na compra de passagens de linhas urbanas. O desconto deve ser gerenciado por cada município, desta forma **as pessoas interessadas** devem procurar seus direitos junto às prefeituras, observando as leis municipais.

Quais documentos são necessários?

- * Cópia do contracheque (**docentes**) comprovando não receber vale-transporte;
- * Cópia do CPF (**o** estudante menor de 18 anos que não possui o documento deverá fornecer cópia do CPF do **pai, mãe ou responsável legal**);
- * **Docentes** devem fornecer cópia do diploma ou carteira do MEC como comprovação de sua função;

Onde Fazer?

Em Porto Alegre:

- * **Estudantes de ensino fundamental, médio, técnico profissionalizante e pré-vestibular:** grêmio estudantil da sua escola ou na UMESPA.
- * **Estudantes universitários:** DAs, DCEs e UEE.
- * **Professores** da rede estadual de ensino: CPERS.
- * **Professores** da rede municipal de ensino: ATEMPA.
- * **Professores** da rede particular de ensino: SINPRO.
- * **Professores** da UFRGS: ADUFRGS.

No Interior:

Verificar junto às prefeituras.

- **Os moradores** da CEU que apoiam a permanência da estudante na casa têm o programa de moradia estudantil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como referência. O documento regulamenta a moradia de dependentes diretos **do estudante**, como **filhos e cônjuge ou companheiro**.

- Em um único ponto, a convergência: é hora de discutir a permanência ou não de **mães** estudantes na moradia estudantil. **Os universitários** têm pressa, o assunto percorre os corredores da CEU dia e noite.

Onde Fazer?

Em Porto Alegre:

- * **Grêmios** estudantis da sua escola ou na UMESPA
- **ou**
- * **Estudantes de ensino fundamental, médio, técnico profissionalizante e pré-vestibular:** grêmio estudantil da sua escola ou na UMESPA.
- * **Grêmios** DAs, DCEs e UEE.
- * **Grêmios** CPERS.
- * **Grêmios** ATEMPA.
- * **Grêmios** SINPRO.
- * **Grêmios** ADUFRGS.

No Interior:

Verificar junto às prefeituras.

- **As moradoras e moradores** da CEU que apoiam a permanência da estudante na casa têm o programa de moradia estudantil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como referência. O documento regulamenta a moradia de dependentes diretos **da e do estudante**, como **filiação, cônjuge, companheira ou companheiro**.

- Em um único ponto, a convergência: é hora de discutir a permanência ou não de **estudantes com filhos ou filhas** na moradia estudantil. **As e os universitários** têm pressa, o assunto percorre os corredores da CEU dia e noite.

Exemplos em outras páginas	Alternativas
<ul style="list-style-type: none"> ● Público Alvo: ● Pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, médicos, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, educadores e demais profissionais e estudantes interessados. 	<p>Participantes – Assistentes</p> <p>Pessoas com formação em Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Serviço Social, Enfermagem, Fisioterapia, outras áreas da Educação e demais profissionais e estudantes que tenham interesse.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Caro Visitante: <p>Este blog foi criado para facilitar sua comunicação com a Central de Conciliação e Mediação da Comarca de Ventre Livre. Ficamos muito felizes com sua visita. Aqui você poderá conhecer o funcionamento e a produtividade da Central e falar conosco.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Seja bem-vindo! Equipe de trabalho da CCC. 	<p>Olá Visitante:</p> <p>Este blog foi criado para facilitar sua comunicação com a Central de Conciliação e Mediação da Comarca de Ventre Livre. Ficamos muito felizes com sua visita. Aqui você poderá conhecer o funcionamento e a produtividade da Central e falar conosco.</p> <p>A equipe de trabalho da CCC dá as boas-vindas!</p>

A mesma notícia em duas versões e blogs diferentes:

<ul style="list-style-type: none"> ● A pedagoga Nilma Lino Gomes é a primeira mulher negra a ser empossada no cargo de reitor de uma universidade federal brasileira. ● Nilma tomou posse como reitora pro tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab) na tarde desta segunda feira, 1º de abril. 	<p>No dia 01 de abril, a professora Doutora Nilma Lino Gomes foi empossada no cargo de reitora pro tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. É a primeira vez que uma mulher negra assume a reitoria de uma universidade federal no Brasil.</p>
--	---

Bibliografia e anexos

9



- Adriana Natali** (2012) O sexo do diploma. <http://revistalingua.uol.com.br/textos/80/o-sexo-do-diploma-260772-1.asp>. Visitado em 15/03/2013.
- Adrienne Rich** (1983) Sobre mentiras, secretos y silencios. Barcelona: Icaria.
- Ana Aguado** (2005) Violencia de género, sujeto femenino y ciudadanía en la sociedad contemporánea, pág. 28, In: Márcia Castillo-Martín, Suely de Oliveira, Marcadas a Ferro – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Aurélio Buarque de H. Ferreira** (2010) Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0 © 5ª. Edição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. ©2010 by Regis Ltda. Edição eletrônica autorizada à POSITIVO INFORMÁTICA LTDA.
- Carmen Alario et alii** (1997) Nombra, la representación del femenino y el masculino en el lenguaje. Madrid: Instituto de la Mujer.
- Cristina Pérez Fraga** (1997) El género como metáfora sexual. En jornadas: Las mujeres y los medios de comunicación. Madrid: Dirección General de la Mujer, Consejería de Sanidad y Servicios Sociales y Comunidad de Madrid.
- De mujeres y diccionarios** (2004) Evolución de lo femenino en la 22ª. Edición del DRAE. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. Instituto de la Mujer.
- Eulàlia Lledó Cunill** (1992) El sexismo y el androcentrismo en la lengua. Análisis y propuestas de cambio. Barcelona: ICE. Universidad Autónoma de Barcelona.
- Eulàlia Lledó Cunill** (2002) Ministras y mujeres. En femenino y en masculino. Cuadernos de educación no sexista No. 8. Madrid. Instituto de la Mujer.
- Eulàlia Lledó Cunill** (2007) Marcar les diferències: la representació de dones i homes en la llengua, (61 págs.), p. 57-89. Cicle de conferències. Barcelona: Institut Català de la Dones [Quaderns de l'Institut 10].

- Eulàlia Lledó Cunill** (2008) Esports, dones i llengua. 5 Reglament d'ús d'una instal·lació esportiva (64 pàgs.) Barcelona: Unió de Federacions Esportives de Catalunya [Esports, dones i llengua, 5].
- Eulàlia Lledó Cunill** et alii (2002) En femenino y en masculino. Cuaderno de educación no sexista, número 8. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. Instituto de la Mujer.
- Leila Mícolis** – Site Oficial de Leila Mícolis - Poeta, porque em poetisa todo mundo pisa. http://www.blocosonline.com.br/sites_pessoais/sites/lm/
- Luce Irigaray** (1992) El sexismo y el androcentrismo en el lenguaje. Cuadernos para la Coeducación No.3. Institut de ciències de l'Educación.
- M^a Luisa Calero** (2002). Del silencio al lenguaje (perspectivas desde la otra orilla). En Femenino y en Masculino. Madrid: Instituto de la mujer.
- Marcos Bagno** (2011) Presidenta, sim! Revista Carta Capital. Postado em 11/01/2011, às 10h58min, <http://www.cartacapital.com.br/politica/presidenta-sim/>. Visitado em 12/03/2013.
- María J. Escudero, Mara Pulido y Paki Venegas** (2003). Guía didáctica. Un mundo por compartir. Granada: ASPA.
- María Moliner** (1966). Diccionario de uso del español. Gredos. 2 vols. Madrid: DUE.
- Marlon Leal Rodrigues** (2004) Flexão nominal: problemas de gênero e grau, algumas considerações. Revista do Curso de Letras da UNEMAT – Alto Araguaia, Ed. N° 03 – Agosto/2004. Versão digital: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/03/artigos/RODRIGUES.pdf>
- Mercedes Bengoechea** (2002) Una propuesta de manual de crítica textual desde la lingüística feminista. En Femenino y en Masculino. Madrid: Instituto de la Mujer.
- Olga Castro Vázquez** (2010) Rebatiendo lo que otrOs dicen del lenguaje no sexista. Artículos de Ciudad de mujeres. <http://www.ciudaddemujeres.com/articulos/Rebatiendo-lo-que-otrOs-dicen-del>, postado em 25/04/2010. Visitado em 24/11/2012.

- Organización Panamericana de la Salud** (1997). Taller sobre género, salud y desarrollo: guía para facilitadores. Washington: OPS.
- Paki Venegas** (2004) Voces de mujeres inmigrantes: educación intercultural desde una perspectiva de género. Granada: EQUAL-ITACA.
- Paul Ricoeur** (1978) O Conflito das Interpretações: Ensaio de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago Editora, p.27.
- Paulo Freire** (1987) Pedagogia do Oprimido, 17ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.70.
- Teresa Meana** (2004) Palabras no se las lleva el viento... Por un uso no sexista de la lengua. Valencia: Ayuntamiento de Quart de Poblet.
- UNESCO** (1996) Redação sem discriminação: pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente: tradução de Maria Angela Casellato, Rachel Holzacker, Juan Manuel Fernandez. São Paulo: Texto novo. Versão com exemplos em português, inglês e espanhol do livreto diretrizes para uma linguagem não sexista, da UNESCO.

ANEXOS

ANEXO 01 – RECORTE DE ARTIGO¹⁶

Flexão nominal: problemas de gênero e grau, algumas considerações.

Marlon Leal Rodrigues

(...) cumpre agora elaborar um quadro esquemático de forma a sintetizar, elementar e provisoriamente, os problemas de gênero:

01 – Mattoso: a) o gênero se explicita através de um adjetivo; b) o gênero neutro, ainda no latim clássico, não correspondia a um conceito nítido, sua marca formal era muito fraca; c) a oposição entre masculino e feminino possui marca forte nos adjetivos; a redução de três gêneros para dois não simplificou o problema; d) o caráter do gênero está relacionado de forma imanente na palavra e possui uma natureza lexical e não flexional; e) a questão do gênero a partir do

¹⁶ O artigo inteiro do professor Marlon Leal Rodrigues pode ser encontrado em PDF. Ver Bibliografia.

aspecto semântico pode ser considerada como uma categoria formal.

02 - Carvalho e Nascimento: o desaparecimento do neutro está relacionado com: a) as causas fonéticas (formas analógicas); b) redução de casos; c) não-necessidade da oposição entre gênero animado e o inanimado; d) o desaparecimento do neutro deixou vestígios: tudo, nada, algo, isto, aquilo, isso etc.

03 - Coutinho: a) só os seres inanimados é que deveriam logicamente pertencer ao gênero neutro.

04 - Said Ali: o gênero é a distinção que em português se faz entre o masculino e o feminino.

05 - Mello: a) critica em algum aspecto os que o antecederam; b) é necessário restaurar ou estabelecer as noções corretas; d) a ideia de gênero puramente gramatical é pura arbitrariedade.

06 - Luft: afirma ser necessário distinguir gênero gramatical de gênero biológico.

07 - Bechara: a) adota uma postura muito próxima da dos linguistas; b) mudança de gênero depende de alguns fatores, como aproximações semânticas entre palavras (sinônimas, antônimas). Considera que há influência de certas terminações e o contexto lexical de funcionamento da palavra.

08 - Macambira: utiliza-se da categoria gênero para tentar classificar o substantivo.

09 - Laroca: a) o estatuto morfológico de gênero do substantivo é lexical e não flexional; b) no processo derivacional, o sufixo não tem que necessariamente mudar o gênero.

10 - Arnaud e Lancelot: a) imbuídos de espírito filosófico; b) os homens observam a si para depois nomearem os gêneros; c) nomeiam também com justa e sem razão; d) o gênero é uma invenção dos gregos e latinos; e) a distinção entre gênero é algo perturbador e desnecessário além de oferecer só desvantagem.

ANEXO 02 - DECRETO Nº 49.994, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

considerando o princípio da igualdade de gênero estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil;

considerando que o Poder Executivo Estadual deve dar igual tratamento aos seus servidores, sejam eles homens ou mulheres, e ser imprópria a menção de denominações masculinas para cargos ocupados por mulheres;

considerando a necessidade de abolir eventuais práticas depreciativas da condição feminina e de propiciar a linguagem inclusiva como política de igualdade de tratamento; e

considerando a necessidade de se estabelecer iniciativas que promovam a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres no Poder Executivo Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o uso da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, no que couber, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Entende-se por linguagem inclusiva:

I - a utilização de vocábulos que designem o gênero masculino apenas para referir-se ao homem, sem que seu alcance seja estendido à mulher; e

II - nos textos escritos ou falados, toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando-se, para tanto, o gênero feminino.

Art. 3º A menção aos cargos deverá observar o gênero de seu ou de sua ocupante, respeitada a condição feminina ou masculina.

Art. 4º A linguagem inclusiva de gênero, referente aos cargos e funções, será observada nos documentos funcionais, crachás de identificação pessoal, placas de automóvel, cartões de visita, plaquetas de identificação, entre outros que visem à identificação de seu ou sua ocupante.

Art. 5º Para estudo e alterações legais quanto ao uso da linguagem inclusiva de Gênero no Estado do Rio Grande do Sul será instituído um Grupo de Trabalho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 8 de março de 2013, Dia Internacional da Mulher.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de dezembro de 2012.

TARSO GENRO,
Governador do Estado.
Registre-se e publique-se.

CARLOS PESTANA NETO,

Secretário Chefe da Casa Civil.

Expediente nº 000872-06.01/12.1. *PUBLICADO NO DOE Nº 248, DE 28/12/12.

EDCM / FML (872 linguagem inclusiva)

ANEXO 03 - DECRETO Nº 49.995, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e propor medidas para a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e propor medidas para a utilização e adequação da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual .

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho avaliar e discutir:

I - o uso de vocábulos que designem o gênero masculino apenas para referir-se ao homem, sem que seu alcance seja estendido à mulher;

II - a promoção da linguagem inclusiva como política de igualdade de tratamento; e

III - a abolição de práticas depreciativas da condição feminina.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho referido no caput deste artigo elaborará uma cartilha informativa com orientações e modelos para adequação e prática da linguagem inclusiva de Gênero no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º O Grupo de Trabalho, ora instituído, será composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes Órgãos:

I - Gabinete do Governador;

II - Casa Civil;

III - Procuradoria-Geral do Estado;

IV - Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital;

V - Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos; e

VI - Secretária de Políticas para as Mulheres.

§ 1º A coordenação do Grupo de Trabalho poderá requerer a participação de outros órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta Municipal, Estadual ou Federal, bem como de Entidades e Organizações da sociedade civil para participar de reuniões com a finalidade de prestar informações sobre assuntos necessários ao seu objeto.

§ 2º A coordenação dos trabalhos caberá à Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Art. 4º Os integrantes do Grupo de Trabalho serão indicados pelos titulares dos respectivos Órgãos e Entidades e designados mediante Portaria da Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres.

Art. 5º O Grupo de Trabalho terá até o dia 8 de março de 2013, Dia Internacional da Mulher, para apresentar o relatório de suas conclusões ao Governador do Estado, bem como a cartilha informativa com orientações e modelos para adequação e prática da linguagem inclusiva no Serviço Público Estadual.

Art. 6º A função de membro do Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de dezembro de 2012.

TARSO GENRO,
Governador do Estado.
Registre-se e publique-se.

CARLOS PESTANA NETO,
Secretário Chefe da Casa Civil
*PUBLICADO NO DOE Nº 248, DE 28/12/12.

ANEXO 04 - LEI Nº 14.484, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º Esta Lei dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero na redação de atos normativos de editais e de documentos oficiais no âmbito da Administração Pública Estadual.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se por linguagem inclusiva de gênero o uso de vocábulos que designem o gênero feminino em substituição a vocábulos de flexão masculina para se referir ao homem e à mulher.

Art. 2.º Para os fins do disposto nesta Lei, são objetivos da linguagem inclusiva:

I - a inclusão dos gêneros feminino e masculino, com as respectivas concordâncias, na designação, geral ou particular, dos cargos, dos empregos e das funções públicas e dos postos, patentes e graduações;

II - a não predominância, na elaboração de quaisquer documentos, mídias e outros veículos de divulgação, de um gênero sobre o outro, ainda que sustentada em uso do costume ou das regras gramaticais da língua portuguesa;

III - a disseminação do uso dos dois gêneros, para os casos de pluralização, ao invés do uso do gênero masculino;

IV - a utilização do gênero feminino para toda referência à mulher;

V - a não utilização do termo “homem”, para fins de referência a pessoas de ambos os sexos, substituindo pela forma inclusiva “homem e mulher”; e

VI - contribuir para uma cultura de igualdade de gênero, por meio da linguagem inclusiva.

Art. 3.º Os nomes dos cargos, empregos, funções e outras designações que recebam encargos públicos da Administração Pública Estadual, inclusive as patentes, postos e graduações dos círculos e escala hierárquica da Brigada Militar, deverão conter a flexão de gênero, de acordo com o sexo ou identificação de gênero do ocupante ou da ocupante.

Parágrafo único. Para fins do disposto no “caput” deste artigo, quando da referência a cargo, emprego ou função pública ou posto, patente ou graduação da Brigada Militar, far-se-á a

devida flexão do respectivo gênero de acordo com o sexo ou identificação de gênero do ocupante ou da ocupante, utilizando recursos de flexão e concordância da língua portuguesa.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 30 de janeiro de 2014.

TARSO GENRO,
Governador do Estado.
Registre-se e publique-se.

Gabinete de Consultoria Legislativa
PUBLICADA NO DOE N.º 022, DE 31/01/2014.

Notas de rodapé

1 Práxis, segundo o dicionário Aurélio, é atividade prática; ação, exercício, uso. No marxismo, o conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção; prática. Na Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire explica que a práxis é a ação e reflexão das pessoas sobre o mundo para transformá-lo.

2 Nossas citações não seguem as normativas tradicionais com a intenção de visibilizar as contribuições das autoras, o que se dá igualmente com os autores. Portanto, daqui em diante, aparecerá o ano da publicação somente quando houver mais que uma da mesma autoria. Todas as referências podem ser encontradas na Bibliografia.

3 Organização Pan-americana da Saúde. Referência na bibliografia.

4 Citado por Cristina Pérez Fraga. Ver Bibliografia.

5 Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0, daqui em diante, usaremos somente Aurélio, tal como é conhecido entre as brasileiras e brasileiros.

6 Segundo o Aurélio.

7 Idem.

8 Grifo do GT. Ver Bibliografia.

9 Traduzido pelo GT..

10 Exceto a definição de mulher pública conhecida pelo uso popular, as demais são também do Aurélio.

11 Etimologia: origem e formação da palavra.

12 Citação do Aurélio: Palavras que sofreram alteração na 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (ABL - 2009), ou aquelas (...) formações com conectores (a, de, com, etc.), que (...) ficaram sem hífen no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, por ter a Academia Brasileira de Letras decidido que no Acordo só valem as exceções mencionadas.

13 Exemplos a partir do Guia da UNESCO Redação sem discriminação (ver Bibliografia).

14 Adaptação de uma frase do artigo de Olga Castro Vázquez. Ver bibliografia.

15 Estudiosa catalã com um significativo número de publicações sobre esta temática. Ver sua página, onde se encontra uma grande diversidade de estudos, guias, materiais educativos, artigos, publicações: <http://www.mujerpalabra.net/pensamiento/lenguaje/eulalialledocunill.htm>.

16 O artigo inteiro do professor Marlon Leal Rodrigues pode ser encontrado em PDF. Ver Bibliografia.

EQUIPE DE TRABALHO ORIGINAL

Nós, que elaboramos este manual, somos mulheres interessadas em construir uma sociedade mais equitativa para as mulheres e para isso consideramos fundamental ter uma ideia mais clara possível da realidade. Por isso o empenho em que a descrição do mundo, da vida cotidiana seja adequada com a vida real.

Com a proposta de alternativas para uma linguagem não sexista acreditamos contribuir com “um grãozinho de areia”, para que a transformação social que necessitamos avance a partir de todos os lugares e aspectos da vida.

Estamos convencidas que, ao falar com maior clareza, sem excluir, discriminar e julgar as mulheres, será um benefício para todas as pessoas. Não só para as mulheres, mas para a sociedade em seu conjunto.

As autoras deste documento:

Paki Venegas Franco. Pedagoga e Mestra em Estudos da Mulher. Tem trabalhado com diferentes organizações não governamentais em temas de gênero e desenvolvimento. Também publicou diversos artigos sobre gênero, empoderamento e saúde reprodutiva e três guias didáticos. “Um mundo para compartilhar: a educação para o desenvolvimento desde o enfoque de gênero”; “Vozes de mulheres imigrantes, a educação intercultural desde uma perspectiva de gênero”; e “Equidade de gênero em saúde: manual para coordenar oficinas de sensibilização”.

Julia Pérez Cervera. Graduada em Direito, Mestra em Gênero e Desenvolvimento. Integrante do Grupo de Educação Popular com Mulheres (GEM), responsável da linha “Acesso à Justiça e Cidadania”. Fundadora e coordenadora de Defesa Jurídica e educação para Mulheres (Vereda Themis).

Também queremos deixar aqui o nosso agradecimento à Sra. Teresa Meana, filóloga, linguista e incansável mulher na luta por impulsionar uma linguagem não sexista, que nos proporcionou documentos e textos fundamentais para este trabalho. Nosso agradecimento à Sra. Ana Mañeru incondicional nessas tarefas, que também nos facilitou este trabalho com suas contribuições, trabalho e apoio solidário.

Oxalá este material seja útil e com as sugestões e contribuições que nos façam chegar desde qualquer lugar que seja, possamos ir enriquecendo e melhorando permanentemente. Desde já agradecemos a quem nos ajudar.

ESPECIALISTAS CONVIDADAS

JUSSARÁ REIS PRÁ

Doutora em Ciência Política pela USP (1992), Mestre em Ciência Política pela UFRGS (1983) e Bacharel em Ciências Sociais pela PUCRS (1978). Professora Associada da UFRGS, atua na área de Ciência Política em metodologia de pesquisa, métodos quantitativos, políticas públicas, estudos feministas e de gênero. Atualmente é líder do grupo de pesquisa no CNPq “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”. Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS). Participa do Conselho Consultivo da ONG Coletivo Feminino Plural. É integrante do Observatório da Lei Maria da Penha e Consultora em Metodologias de Monitoramento; e Consultora Ad Hoc do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

LESLIE CAMPANER DE TOLEDO

Doutoranda em Estudos de Gênero pela Universidade de Valencia, Espanha. Foi professora de Português e Literatura da rede pública gaúcha, uma das Coordenadoras do Programa “Movimento de Alfabetização e Integração Social” de Gravataí e vem trabalhando com ONGs, prefeituras, concejalías, entre outras, sobre os temas Educação, Participação Cidadã, Orçamento Participativo com a perspectiva de Gênero. No Fórum Mundial de Educação foi Coordenadora de Relações Institucionais, Relações Internacionais, da Secretaria Executiva e, atualmente, integra o Conselho Internacional. É uma das responsáveis pelo boletim eletrônico mensal ALMANAQUE, distribuído em diversos países. Desenvolveu atividades docentes na Universidade do Porto – Portugal, como professora convidada no mestrado e nos cursos de Pós-graduação “Prevenção da violência de gênero na escola e na família”. Está na segunda gestão da Direção da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, uma associação Feminista com mais de 30 anos de história em Portugal. Têm diversas publicações nas áreas citadas.

TELIA NEGRÃO

Jornalista, Mestre em Ciência Política e Especialista em Gestão Pública Participativa. Coordenadora da ONG Coletivo Feminino Plural, integrante do Conselho Diretor da Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Relatora da sociedade civil junto ao Comitê Cedaw/ONU.